

Itaú Unibanco Holding S.A.



Data-Base: 31.12.2010

(conforme Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009 "Instrução CVM 481")

Identificação	Itaú Unibanco Holding S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.872.504/0001-23, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.3.0001023-0, registrada como companhia aberta perante à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 19348 ("Banco" ou "Emissor").
Sede	A sede social do Emissor está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-902
Diretoria de Relações com Investidores	A área de Relações com Investidores do Banco está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Conceição, 11º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Alfredo Egydio Setubal. O telefone do Departamento de Relações com Investidores é (5511) 5019 1549, o fax é (5511) 5019 1133 e o e-mail é relacoes.investidores@itau-unibanco.com.br
Audidores Independentes da Companhia	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para os exercícios encerrados em 31.12.2010, 31.12.2009 e 31.12.2008
Agente Escriturador	Itaú Corretora de Valores S.A.
Atendimento aos Acionistas	O atendimento aos acionistas do Emissor é realizado nas agências do Itaú Unibanco S.A., cuja sede esta localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-902
Jornais nos quais a Companhia divulga Informações	Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico
Site na Internet	http://www.itau-unibanco.com.br/ri As informações constantes da página na rede mundial de computadores (<i>website</i> na Internet) da Companhia não são partes integrantes deste documento
Data da última atualização	25.03.2011

Assembleia Geral Ordinária – 25.4.2011

Em conformidade com Art. 21, inciso VI da Instrução CVM 480/09, comunicamos que foram disponibilizadas aos acionistas as informações requeridas pelo Art. 9º da Instrução CVM 481/09 e pelo Art. 133 da Lei 6404/76, conforme abaixo especificado.

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Relatório da Administração foi disponibilizado em conjunto com as Demonstrações Contábeis, tendo sido aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 21.2.2011. Referido documento foi disponibilizado em 22.2.2011 no Sistema de Informações Periódicas e Eventuais (“IPE”) da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e no site da Companhia (<http://www.itaunibanco.com.br/ri>), tendo sido publicado em 3.3.2011 no Valor Econômico (páginas E7 a E20) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 59 a 84).

2. CÓPIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 21.2.2011, as quais foram objeto de: (i) recomendação para aprovação, consignada no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria; (ii) parecer favorável do Conselho Fiscal; (iii) relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes; (iv) manifestação da Diretoria, que concordou com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes, com as Demonstrações Contábeis e com o relatório de análise gerencial da operação.

As Demonstrações Contábeis foram disponibilizadas em 22.2.2011 no IPE e no site da Companhia (<http://www.itaunibanco.com.br/ri>) tendo sido publicadas em 3.3.2011 no Valor Econômico (páginas E7 a E20) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 59 a 84).

3. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA

Os comentários dos administradores, na forma especificada no item 10 do anexo 24 da Instrução CVM 480, encontram-se no anexo I do presente comunicado.

4. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

O relatório dos auditores independentes foi disponibilizado em 22.2.2011 no IPE e no site da Companhia (<http://www.itaunibanco.com.br/ri>), tendo sido publicado conjuntamente com as Demonstrações Contábeis em 3.3.2011 no Valor Econômico (páginas E7 a E20) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 59 a 84). Referido documento foi apreciado pelo Conselho de Administração em reunião de 21.2.2011.

5. PARECER DO CONSELHO FISCAL

O parecer do Conselho Fiscal foi disponibilizado em 22.2.2011 no IPE e no site da Companhia (<http://www.itaunibanco.com.br/ri>), tendo sido publicado conjuntamente com as Demonstrações Contábeis em 3.3.2011 no Valor Econômico (páginas E7 a E20) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 59 a 84). Tal parecer foi analisado pelo Conselho de Administração, em reunião de 21.2.2011.

6. FORMULÁRIO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS – DFP

O Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas foi disponibilizado no IPE em 22.2.2011.

7. DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010.

A companhia apurou Lucro Líquido no exercício de 2010 no valor de R\$ 10.272.015.528,35 (dez bilhões, duzentos e setenta e dois milhões, quinze mil, quinhentos e vinte e oito reais e trinta e cinco centavos), conforme demonstrativo de resultado disponibilizado em 22.2.2011 no IPE e no site da Companhia (<http://www.itaunibanco.com.br/ri>), tendo sido publicado conjuntamente com as Demonstrações Contábeis em 3.3.2011 no Valor Econômico (páginas E7 a E20) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 59 a 84).

Tendo em vista a apuração de referido Lucro, e conforme consubstanciado nas Demonstrações Contábeis, e a realização de R\$ 357.931.000,00 referente à reserva de lucro a realizar constituída em 31.12.2008, propõe-se destiná-lo da seguinte forma:

- (a) R\$ 513.600.776,42 (quinhentos e treze milhões, seiscentos mil, setecentos e setenta e seis reais e quarenta e dois centavos) para a conta de Reserva Legal;
- (b) R\$ 5.633.795.439,86 (cinco bilhões, seiscentos e trinta e três milhões, setecentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta e seis centavos) para a conta de Reserva Estatutária, sendo:
 - 1. R\$ 754.588.063,90 (setecentos e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, sessenta e três reais e noventa centavos) para a conta de Reserva para Equalização de Dividendos;
 - 2. R\$ 1.951.682.950,38 (um bilhão, novecentos e cinquenta e um milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta reais e trinta e oito centavos) para a conta de Reserva para Reforço do Capital de Giro;
 - 3. R\$ 2.927.524.425,58 (dois bilhões, novecentos e vinte e sete milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e oito centavos) para a conta de Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas; e
- (c) R\$ 4.482.550.312,07 (quatro bilhões, quatrocentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta mil, trezentos e doze reais e sete centavos) para o pagamento, até 31.12.2011, do dividendo obrigatório.

A proposta de destinação do Lucro, na forma especificada no anexo 9.1-II da ICVM 481, encontra-se no anexo II do presente comunicado.

8. RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi disponibilizado em 22.2.2011 no IPE e no site da Companhia (<http://www.itaunibanco.com.br/ri>), tendo sido publicado conjuntamente com as Demonstrações Contábeis em 3.3.2011 no Valor Econômico (páginas E7 a E20) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 59 a 84). Ele foi analisado pelo Conselho de Administração, em reunião de 21. 2.2011.

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES**10.1. Os diretores devem comentar sobre:***a) Condições financeiras e patrimoniais gerais***2010**

Em 2010, o Brasil experimentou um forte crescimento e a previsão é de que o PIB tenha crescido 7,5%. Isso ocorreu devido principalmente à recuperação da economia brasileira do crescimento negativo de 2009, que apresentou também rápida expansão da demanda doméstica, impulsionada principalmente pela recuperação do consumo e dos gastos com investimentos, assim como dos crescentes gastos tributários.

O déficit atual (saldo líquido da comercialização de produtos e serviços e transferências internacionais) alcançou 2,3% do PIB em 2010, sendo que esse déficit se repetiu pelo terceiro ano consecutivo. A solvência externa do Brasil melhorou consideravelmente, com US\$ 289 bilhões nas reservas internacionais e US\$ 256 bilhões na dívida externa em dezembro de 2010. Ainda assim, há outras obrigações externas, como investimentos em carteira de ações e títulos de dívida de renda fixa, que subiram de US\$ 287 bilhões em 2008 para US\$ 645 bilhões em janeiro de 2011.

Há preocupações quanto à aceleração da inflação: o índice de inflação alcançou 5,9% em 2010, muito acima da média da meta do governo de 4,5%, e próxima do índice máximo estipulado em 6,5%. A inflação pode continuar a subir e pode, potencialmente, afetar os nossos resultados. Os índices de inadimplência no sistema bancário brasileiro caíram durante o ano de 2010.

Não obstante os efeitos relativamente curtos da crise internacional, novas fontes de tensão, especialmente da Europa, devido à carga da dívida soberana dos países europeus, dos Estados Unidos, devido a temores de uma segunda recessão resultante da morosidade do mercado imobiliário e à crescente taxa de desemprego, e da aceleração da inflação nos países emergentes, podem afetar o nível de atividade e aumentar a volatilidade da moeda brasileira, o real, em relação ao dólar dos Estados Unidos, ao euro, ao yen, ao Yuan e a outras moedas. O governo brasileiro poderia optar por adotar medidas adicionais macroprudenciais para evitar o aumento excessivo do ativo.

Em dezembro de 2010, o Conselho Monetário Nacional adotou medidas que visam a conter o crescimento do crédito: elevação do adicional de compulsórios e elevação do requerimento de capital. Os depósitos compulsórios do sistema bancário no Banco Central aumentaram em R\$ 81,8 bilhões. Estas medidas vêm moderando o crescimento dos empréstimos. Indicações preliminares, com os dados do mês de dezembro, mostraram uma média das concessões de empréstimos para a pessoa física caindo 10,5%, em termos reais e dessazonalizados. Ainda que o impacto tenha sido menor nas concessões para a pessoa jurídica, as quais apresentaram queda de 6,6%, outras variáveis como os juros cobrados nos empréstimos à pessoa física parecem ter se elevado. Não obstante, o crédito total concedido pelo sistema bancário aumentou sua importância no ano de 45% do PIB para 47%.

Em 31 de dezembro de 2010, nosso lucro líquido consolidado foi de R\$ 13.323 milhões. Em 31 de dezembro de 2010, nosso patrimônio líquido totalizou R\$ 60.879 milhões. O retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio foi de 24,1% em 2010. Na mesma data, nosso índice de solvência em base integralmente consolidada era de 15,4%, uma redução de 130 pontos base em comparação a 31 de dezembro de 2009, principalmente devido (i) mudanças nas regras de exigência de capital, que excluíram as provisões adicionais para créditos de liquidação duvidosa do cálculo de capital do Nível 1, e (ii) expansão do crédito. Para mais detalhes sobre o cálculo de nosso capital regulamentar, consulte a Nota 3 às demonstrações financeiras consolidadas referentes à data base e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Em 2010, nosso principal desafio foi a finalização da integração das agências do Unibanco e dos postos de serviço em todo o Brasil. Com a finalização da integração, somos capazes de aprimorar nossos processos e, dessa forma, aumentar o volume de serviços e a nossa base de clientes, ao mesmo tempo em que em mantemos a qualidade dos serviços.

Destacamos a melhora na qualidade dos ativos como a principal mudança em nossa situação financeira referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. As nossas operações foram positivamente afetadas pela redução em empréstimos inadimplidos, principalmente devido a uma melhora na qualidade de nossa carteira de pessoas físicas e jurídicas, e um avanço em nossa recuperação de empréstimos anteriormente baixados como

perdas. Os níveis reduzidos de inadimplência estão associados ao desenvolvimento da economia brasileira, bem como às políticas conservadoras de crédito que adotamos a partir de 2009.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de transações de crédito, inclusive avais e fianças, era de R\$ 335.476 milhões, um aumento de 20,5% se comparado a 31 de dezembro de 2009. O crédito a pessoas físicas aumentou 18,3%, enquanto o crédito a pessoas jurídicas aumentou 21,8% se comparado a 31 de dezembro de 2009. Em 2010, mantivemos nossa estratégia de aumentar o volume de empréstimo por cartão de crédito, financiamento de veículos, crédito imobiliário e crédito para micro, pequena e média empresas, sendo que o crédito para pessoas jurídicas aumentou a uma taxa maior do que para outros segmentos.

Nossos resultados operacionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, comparados aos do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, refletiram um impacto significativo da variação cambial. A taxa de câmbio entre o dólar dos EUA e o real variou significativamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 o real valorizou-se 4,3% em relação ao dólar dos EUA, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 o real valorizou-se 25,5% em relação ao dólar dos EUA. A redução da receita das operações financeiras antes de perdas de crédito, devido principalmente a ganhos menores de instrumentos financeiros derivativos usados para proteger nossos investimentos em controladas no exterior, resultou em uma diminuição de despesas relacionadas a imposto de renda e contribuição social.

Em 23 de agosto de 2009, o Itaú Unibanco Holding e a Porto Seguro S.A. ("Porto Seguro") firmaram um acordo de associação para unificar suas respectivas operações de seguros residenciais e de automóveis. Como consequência desta associação, os resultados da Porto Seguro foram consolidados proporcionalmente a partir do quarto trimestre de 2009, em vista da participação de 30,0% na Porto Seguro. Dessa forma, as demonstrações financeiras referentes à data base e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 apresentam os efeitos desta associação e consolidam nossa participação proporcional nos resultados operacionais da Porto Seguro em nossa demonstração financeira consolidada e a situação financeira em nosso balanço patrimonial consolidado. Esta associação não teve impacto significativo no nosso lucro líquido.

2009

A atividade econômica brasileira mostrou forte retomada, principalmente no segmento industrial, a partir de janeiro. Desde então, a produção industrial cresceu por dez meses consecutivos, acumulando aumento de 19,1% até novembro, na comparação com o mês de dezembro de 2008. No entanto, apesar da sequência de crescimento mensal, a produção da indústria ainda acumulava queda de 9,3% entre janeiro e novembro, quando comparada com o mesmo período de 2008.

Fundamental para essa recuperação foi a rápida retomada do crédito bancário doméstico. Em dezembro, o crédito como proporção do PIB alcançou o índice de 45%, ante uma série histórica inferior a esse patamar.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, nosso lucro líquido consolidado foi de R\$ 10.067 milhões. Em 31 de dezembro de 2009, nosso patrimônio líquido totalizou R\$ 50.683 milhões. O retorno sobre o patrimônio líquido médio foi de 21,4% em 2009. Nosso índice de solvência em base integralmente consolidada atingiu 16,7%, um aumento de 0,6 pontos percentuais ("p.p.") em comparação com o exercício anterior.

Durante 2009, enfrentamos dois desafios principais. Primeiro, internamente vivenciamos mudanças significativas relacionadas com a associação. No final de 2008, definimos a equipe administrativa que lideraria a nova instituição. Além disso, finalizamos a escolha dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria que seriam responsáveis por conduzir o processo de integração. No primeiro semestre de 2009, esse processo foi expandido para todos os níveis administrativos da nossa empresa. Ao mesmo tempo, foram reavaliadas e redefinidas as oportunidades de mercado e os modelos de negócio, e estabelecidas as metas para a unidade de negócio comercial. O programa de transformação de agências associado à integração das operações dos dois bancos teve início no segundo semestre de 2009 e a previsão era de que estivesse em ritmo acelerado em 2010. O segundo desafio estava relacionado com a turbulência nos mercados financeiros internacionais. O principal impacto da crise econômica sobre o setor financeiro brasileiro em geral foi um aumento nas operações de crédito de curso anormal. Nossas operações foram afetadas por uma mudança na qualidade dos ativos. Durante os primeiros nove meses de 2009, usamos parte da nossa provisão adicional para créditos de liquidação duvidosa para responder a essas mudanças na qualidade dos ativos. Porém, no final de 2009, o saldo de operações de crédito de curso anormal começou a diminuir, alterando a tendência de deterioração gradual da qualidade dos ativos iniciada no final de 2008.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo total de transações de crédito, inclusive avais e fianças, foi de R\$ 278.382 milhões. O crédito a pessoas físicas aumentou 10,4% enquanto o crédito a pessoas jurídicas diminuiu 2,3% se comparados a 31 de dezembro de 2008. Mantivemos nossa estratégia de aumentar o volume de linhas de crédito ao consumidor, principalmente cartões de crédito e financiamento de veículos, e crédito para micro,

pequena e média empresas em 2009. As mudanças nas taxas de câmbio e a valorização do real em relação a moedas estrangeiras, além da migração de clientes pessoa jurídica aos mercados de capitais como fonte de operações financeiras, foram as principais causas da diminuição do saldo de crédito a pessoas jurídicas.

Em 23 de agosto de 2009, o Itaú Unibanco Holding e a Porto Seguro firmaram um acordo de associação para unificar suas respectivas operações de seguros residencial e de automóveis. Além disso, foi assinado um acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, de produtos securitários residenciais e de automóveis aos clientes da rede Itaú Unibanco, no Brasil e no Uruguai. Como consequência desta associação, os resultados da Porto Seguro foram consolidados proporcionalmente a partir do quarto trimestre de 2009, em vista da participação de 30,0% na Porto Seguro.

Reclassificamos certos itens na data base de 31 de dezembro de 2010 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para fins comparativos. Consulte a Note 22(I) às nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes à data base e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Para fins comparativos, também reclassificamos esses itens em 31 de dezembro de 2008 na discussão a seguir sobre os resultados das nossas operações.

2008

O ano de 2008 foi marcado pela associação das instituições financeiras Itaú e Unibanco, que, no dia 3 de novembro de 2008, assinaram contrato para a unificação das suas operações financeiras. Foi o início formal da construção do maior conglomerado financeiro privado do Hemisfério Sul, que foi aprovado pelo Banco Central no dia 18 de Fevereiro de 2009 com valor de mercado que o situou entre as 20 maiores instituições financeiras do mundo.

Em 2008, o mercado financeiro global passou por um momento único, de grande transformação com diversos reflexos no Brasil. Os primeiros efeitos foram sentidos no Brasil em agosto de 2008, com o início de um processo de forte desvalorização do real frente ao dólar e a continuidade do movimento de correção na bolsa de valores que já tinha começado no primeiro semestre. A situação se agravou em setembro com a retração do mercado de crédito mundial. A escassez das linhas externas de financiamento levou as empresas brasileiras com presença internacional a buscar crédito no mercado local. A oferta de crédito, mantida pelos grandes bancos brasileiros, refletiu os efeitos dessa nova demanda, da sadia preservação da liquidez e de previsível aumento da inadimplência. A conjugação dos diferentes fatores, particularmente os de origem externa provocou uma redução no nível de expansão da economia brasileira.

A integração das operações Itaú e Unibanco ocorreu em ambiente favorável, criado pela própria crise externa, que oferece oportunidades para uma Organização ainda mais forte e competitiva. A associação está alinhada ao movimento de consolidação global das instituições financeiras, que refletem a permanente busca por operações mais sólidas e aptas à competição, bem como mais preparadas para garantir a oferta de crédito e a solidez do próprio sistema.

Apresentamos a seguir os destaques do nosso desempenho em 2008, lembrando que o lucro líquido do período sofreu o impacto da consolidação dos resultados do Unibanco no quarto trimestre do ano, enquanto as contas patrimoniais foram integralmente consolidadas em 31 de dezembro de 2008.

O lucro líquido consolidado do exercício totalizou R\$ 7.803 milhões, com rentabilidade de 23,8% sobre o patrimônio líquido médio. Excluindo os efeitos não recorrentes no resultado do exercício, correspondentes a despesa de R\$ 567 milhões, o lucro líquido recorrente somou R\$ 8.371 milhões, com rentabilidade de 25,5%.

O patrimônio líquido atingiu R\$ 43.664 milhões ao final de 2008, com crescimento de 50,7% se comparado a dezembro de 2007.

O total de ativos consolidados do novo banco era de R\$ 637.202 milhões em 31 de dezembro de 2008. O índice de Basileia foi de 16,1%, ao final de dezembro de 2008.

Os recursos próprios livres, captados e administrados evoluíram 74,3% em relação a dezembro de 2007, totalizando R\$ 807.652 milhões. Destaca-se o crescimento de 469,8% dos depósitos a prazo, atingindo R\$ 135.901 milhões ao final do ano. Encerramos 2008 com R\$ 258.252 milhões em recursos administrados.

O saldo total de nossa carteira de crédito, incluindo avais e fianças, totalizou R\$ 271.938 milhões em 31 de dezembro de 2008, o que representa aumento de 113,1% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2007. A associação com o Unibanco desempenhou um papel fundamental nesta variação. Em especial, as operações de empréstimos a empresas cresceram 166,8% em relação o ano anterior. O saldo das operações de crédito realizadas com grandes empresas apresentou acréscimo de 178,3% e o saldo das operações de crédito das

micros, pequenas e médias empresas cresceu 147,2% no período. A carteira de cartões de crédito cresceu 116,4% em comparação com o saldo do ano anterior. A carteira de veículos manteve uma significativa taxa de crescimento, com ampliação de 61,6% em relação ao ano de 2007. A carteira de crédito imobiliário somada a de crédito rural apresentou aumento de 87,8%, principalmente devido à ampliação verificada no crédito imobiliário. As operações de crédito realizadas por nossas unidades no exterior (Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai) apresentaram aumento de 43,9% em relação ao ano anterior, impulsionadas principalmente pela variação cambial e pela consolidação das operações do Interbanco no Paraguai. Desconsiderando a associação com o Unibanco, o saldo total de nossa carteira de empréstimos e financiamentos somou R\$ 180.562 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando um acréscimo de 41,5% em relação ao ano de 2007.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

I - Hipóteses de resgate

II - Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

Em 31 de dezembro de 2010, O capital social está representado por 4.570.936.219 ações escriturais sem valor nominal, sendo 2.289.286.475 ações ordinárias e 2.281.649.744 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 45.000.000 milhares (R\$ 45.000.000 milhares em 31/12/2009 e R\$ 29.000.000 milhares em 31/12/2008), sendo R\$ 31.546.933 milhares (R\$ 30.883.250 milhares em 31/12/2009 e R\$ 24.697.674 milhares em 31/12/2008) de acionistas domiciliados no país e R\$ 13.453.067 milhares (R\$ 14.116.750 milhares em 31/12/2009 e R\$ 4.302.326 milhares em 31/12/2008) de acionistas domiciliados no exterior.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos; d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas; e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez; g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Nossa Comissão Superior de Tesouraria Institucional - Liquidez determina nossa política de gestão de ativos e passivos. Nossa política é manter uma estreita correspondência entre os vencimentos e exposição a taxa de juros e moedas. Para estabelecer políticas e limites, a Comissão Superior de Tesouraria Institucional - Liquidez considera nossos limites de exposição a cada segmento de mercado e produto e a volatilidade e a correlação entre os diferentes mercados e produtos.

Temos investido na melhoria da gestão de risco da liquidez inerente a nossas atividades, mantendo simultaneamente uma carteira de títulos e valores mobiliários de alta liquidez (reserva operacional), que representa uma fonte potencial de liquidez adicional.

A administração controla nossas reservas de liquidez mediante a estimativa dos recursos que estarão disponíveis para aplicação por nossa tesouraria. A técnica que empregamos envolve a projeção estatística de cenários para nossos ativos e passivos, considerando o perfil de liquidez de nossas contrapartes.

Os limites mínimos de liquidez de curto prazo são definidos de acordo com as orientações estabelecidas pela Comissão Superior de Tesouraria Institucional - Liquidez. Esses limites buscam assegurar liquidez suficiente, inclusive no caso de ocorrerem eventos de mercado imprevistos. Esses limites são periodicamente revisados com base nas projeções de necessidades de caixa em situações atípicas de mercado (isto é, cenários de estresse).

A administração da liquidez nos possibilita, simultaneamente, cumprir com as exigências operacionais, proteger nosso capital e aproveitar as oportunidades de mercado. Nossa estratégia é manter a liquidez adequada para cumprir com nossas obrigações atuais e futuras e capitalizar as oportunidades de negócios à medida que aparecem.

A nossa principal fonte de captação de recursos são os depósitos. Os depósitos incluem depósitos à vista não remunerados, depósitos em poupança remunerada, certificados de depósitos a prazo vendidos a clientes e depósitos interfinanceiros de instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2010, o total de depósitos era de aproximadamente R\$ 202.738 milhões, que representava 39,8% da captação total de recursos. Em 31 de dezembro de 2009, o total de depósitos era de aproximadamente R\$ 190.772 milhões, que representava 48,0% de nossa captação total de recursos.

Os depósitos em poupança representam uma das quatro principais fontes de captação de recursos que, em 31 de dezembro de 2010, respondiam por 28,6% e 25,3% do total de depósitos, respectivamente.

	Em 31 de dezembro					
	2010		2009		2008	
	Saldo	% da Captação Total	Saldo	% da Captação Total	Saldo	% da Captação Total
	(em milhões R\$)					
Depósitos	202.738	39,8%	190.772	48,0%	206.189	49,1%
Depósitos à vista.....	25.532	5,0%	24.837	6,2%	26.933	6,4%
Depósitos de poupança.....	57.899	11,4%	48.222	12,1%	39.296	9,4%
Interfinanceiros.....	1.985	0,4%	2.046	0,5%	2.921	0,7%
Depósitos a prazo.....	116.416	22,8%	114.671	28,9%	135.901	32,4%
Outros depósitos.....	906	0,2%	997	0,3%	1.138	0,3%
Total de captação a curto prazo	159.809	31,3%	113.388	28,6%	122.111	29,1%
Captações no mercado aberto – carteira própria.....	98.415	19,3%	35.948	9,0%	22.882	5,4%
Captações no mercado aberto – carteira de terceiros.....	23.070	4,5%	51.799	13,0%	62.350	14,8%
Captações no mercado aberto – carteira livre.....	951	0,2%	669	0,2%	1.090	0,3%
Notas de crédito imobiliário.....	8.260	1,6%	5.983	1,5%	3.745	0,9%
Notas de crédito de agronegócio.....	2.660	0,5%	2.283	0,6%	3.914	0,9%
Letras hipotecárias.....	48	0,0%	—	0,0%	—	0,0%
Letras de câmbio.....	17	0,0%	—	0,0%	—	0,0%
Debêntures.....	293	0,1%	238	0,1%	128	0,0%
Títulos emitidos no exterior.....	3.322	0,7%	1.948	0,5%	3.058	0,7%
Obrigações por empréstimos.....	12.024	2,4%	8.509	2,1%	17.964	4,3%
Obrigações por repasses.....	9.769	1,9%	5.969	1,5%	5.503	1,3%
Securitização de ordens de pagamentos no exterior.....	—	0,0%	—	0,0%	215	0,1%
Dívida subordinada ⁽¹⁾	980	0,2%	42	0,0%	1.262	0,3%
Total da dívida a longo prazo	147.342	28,9%	93.285	23,5%	91.703	21,8%
Carteira própria.....	66.465	13,0%	39.272	9,9%	37.862	9,0%
Carteira de terceiros.....	—	0,0%	62	0,0%	174	0,0%
Carteira livre.....	10.740	2,1%	4.185	1,1%	—	0,0%
Letras de crédito imobiliário.....	477	0,1%	470	0,0%	490	0,1%
Letras de crédito relacionadas a agronegócio.....	114	0,0%	—	0,0%	368	0,1%
Letras financeiras.....	2.466	0,5%	—	0,0%	—	0,0%
Letras hipotecárias.....	254	0,0%	512	0,1%	496	0,1%
Letras de câmbio.....	—	0,0%	27	0,0%	—	0,0%
Debêntures.....	1.091	0,2%	2.527	0,6%	3.462	0,8%
Obrigações por empréstimos no exterior por meio de títulos e valores mobiliários.....	6.608	1,3%	3.755	0,9%	3.935	0,9%
Securitização de ordens de pagamentos no exterior.....	—	0,0%	—	0,0%	3.613	0,9%
Obrigações por empréstimos.....	3.699	0,7%	3.828	1,0%	6.216	1,5%
Obrigações por repasses.....	21.920	4,3%	16.386	4,1%	12.953	3,1%
Dívida subordinada.....	33.508	6,6%	22.684	5,7%	22.134	5,3%
Total	509.889	100%	397.446	100%	420.003	100%

(1) Inclui ações preferenciais resgatáveis (classificadas em participações minoritárias em subsidiárias no nosso balanço) totalizando R\$ 658 milhões, R\$688 milhões em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I - Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

II - Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O emissor tem como principal fonte de financiamentos as captações de recursos e obrigações por empréstimos e repasses. Abaixo apresentamos tabela com abertura das captações de recursos por prazo de vencimento.

	31/12/2010				Total	%
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	Acima de 365 dias		
Depósitos	100.074	17.550	21.981	63.134	202.738	39,8
Captações no Mercado Aberto	89.000	21.369	12.067	77.205	199.641	39,2
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3.418	9.516	1.665	11.010	25.609	5,0
Obrigações por Empréstimos e Repasses	2.370	8.390	11.033	25.619	47.412	9,3
Dívidas Subordinadas (*)	28	58	895	33.508	34.488	6,8
TOTAL	194.889	56.882	47.639	210.476	509.889	
% por prazo de vencimento	38,2	11,2	9,3	41,3		
TOTAL - 31/12/2009	160.222	45.547	29.557	162.119	397.446	
% por prazo de vencimento	40,3	11,5	7,4	40,8		
TOTAL - 31/12/2008	164.790	51.520	31.129	172.526	420.003	
% por prazo de vencimento	39,2	12,3	7,4	41,1		

(*) Após ações preferenciais resgatáveis

O quadro abaixo destaca as captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada, observadas as condições determinadas pela Resolução nº 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/08/2008, do CMN:

Descrição	R\$ milhões			
Nome do Papel	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Principal
Euronotes subordinado	2º semestre de 2001	agosto de 2011	10,00%	457
Euronotes subordinado	agosto de 2001	agosto de 2011	4,25%	625
CDB subordinado	março de 2007	abril de 2012	103,5% do CDI	5.000
CDB subordinado	maio de 2007	maio de 2012	104% do CDI	1.406
CDB subordinado	julho de 2007	julho de 2012	CDI + 0,38%	422
CDB subordinado	agosto de 2007	agosto de 2012	CDI + 0,38%	200
CDB subordinado	outubro de 2007	outubro de 2012	IGPM + 7,31%	161
CDB subordinado	outubro de 2007	outubro de 2012	IGPM + 7,35%	130
CDB subordinado	outubro de 2007	outubro de 2012	103,8% do CDI	93
CDB subordinado	outubro de 2007	outubro de 2012	CDI + 0,45%	450
CDB subordinado	novembro de 2007	novembro de 2012	CDI + 0,35%	300
CDB subordinado	dezembro de 2002	dezembro de 2012	102,5% do CDI	200
CDB subordinado	dezembro de 2002	dezembro de 2012	102% do CDI	20
CDB subordinado	janeiro de 2008	fevereiro de 2013	CDI + 0,50%	880
CDB subordinado	fevereiro de 2008	fevereiro de 2013	CDI + 0,50%	1.256
CDB subordinado	1º trimestre de 2008	1º trimestre de 2013	CDI + 0,60%	817
CDB subordinado	2º trimestre de 2008	2º trimestre de 2013	106% do CDI	29
CDB subordinado	2º trimestre de 2008	2º trimestre de 2013	107% do CDI	19
CDB subordinado	novembro de 2003	novembro de 2013	102% do CDI	40
CDB subordinado	maio de 2007	maio de 2014	CDI + 0,35%	1.805
CDB subordinado	agosto de 2007	agosto de 2014	CDI + 0,46%	50
CDB subordinado	outubro de 2007	outubro de 2014	IGPM + 7,35%	33
CDB subordinado	novembro de 2008	outubro de 2014	112% do CDI	1.000
CDB subordinado	dezembro de 2007	dezembro de 2014	CDI + 0,60%	10
Ações Preferenciais	dezembro de 2002	março de 2015	3,04%	1.389
CDB subordinado	janeiro de 2010	novembro de 2015	113% do CDI	50
Bonos subordinado	dezembro de 2005	dezembro de 2015	1,42%	194
CDB subordinado	3º trimestre de 2008	3º trimestre de 2015	119,8% do CDI	400
CDB subordinado	janeiro de 2010	janeiro de 2016	114% do CDI	500
CDB subordinado	1º trimestre 2010	1º trimestre 2016	110% do CDI	83
CDB subordinado	1º trimestre 2010	1º trimestre 2016	111% do CDI	33
CDB subordinado	1º trimestre 2010	1º trimestre 2016	113% do CDI	2.103
CDB subordinado	março de 2010	março de 2016	IPCA + 7,33%	123
Letra Financeira Subordinada	agosto de 2010	agosto de 2016	100% do CDI + 1,36%	365
Letra Financeira Subordinada	setembro de 2010	setembro de 2016	112,5% do CDI	16
CDB subordinado (1)	dezembro de 2006	dezembro de 2016	CDI + 0,47%	500
Letra Financeira Subordinada	3º trimestre de 2010	3º trimestre de 2016	112% do CDI	1.808
Letra Financeira Subordinada	outubro de 2010	outubro de 2016	112% do CDI	50
Letra Financeira Subordinada	dezembro de 2010	dezembro de 2016	100% do IPCA + 7,00%	30
CDB subordinado	março de 2010	março de 2017	IPCA + 7,45%	367
Letra Financeira Subordinada	setembro de 2010	setembro de 2017	100% do IPCA + 7,2%	160
Letra Financeira Subordinada	setembro de 2010	setembro de 2017	100% do IPCA + 7,0%	20
Letra Financeira Subordinada	outubro de 2010	outubro de 2017	100% do IPCA + 6,95%	20
Letra Financeira Subordinada	outubro de 2010	outubro de 2017	100% do IPCA + 6,97%	6
Euronotes subordinado	abril de 2010	abril de 2020	6,20%	1.731
Euronotes subordinado	setembro de 2010	janeiro de 2021	5,75%	1.694
Bonos subordinado	abril de 2008	abril de 2033	3,50%	73
Bonos subordinado	outubro de 2008	outubro de 2033	4,50%	68
Eurobonds -Perpetual Non-cumulative Junior Subordinated Securities (2)	julho de 2005	indeterminado	8,70%	1.195

(1) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011;

(2) A dívida pode ser resgatada integralmente, somente por opção do emissor, a partir de 29 de julho de 2010 ou em cada pagamento subsequente.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a carteira é composta por Euronotes Subordinado com vencimento até 30 dias no montante de R\$ 26.081 milhões, com vencimento de 91 a 180 no montante de R\$ 21.809 milhões e acima de 365 dias no montante de R\$ 3.304.889 milhões, totalizando R\$ 3.352.779 milhões.

III - Grau de subordinação entre as dívidas

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial do Emissor, há ordem de preferência quanto ao pagamento dos diversos credores da massa. Especificamente com relação às dívidas que compõem o endividamento do Emissor, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: dívidas com garantia real, dívidas quirográficas e dívidas subordinadas. A respeito do montante de nossas obrigações (detalhadas de acordo com essa mesma classificação), veja item 3.8. Vale dizer, por fim, que em relação às dívidas reais, os credores preferem aos demais até o limite do ativo dado em garantia ao passo que não há grau de subordinação entre os diversos credores quirográficos, assim como não há grau de subordinação entre os diversos credores subordinados.

As captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada, observadas as condições determinadas pela Resolução nº 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN, são:

R\$ milhões						
31/12/2010						
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%
CDB	-	-	-	25.859	25.859	75,0
Euronotes	26	42	895	3.332	4.296	12,4
Bonos	2	-	-	298	300	0,9
Eurobonds	-	12	-	833	846	2,4
(-) Custo de transação incorrido	-	-	-	(40)	(41)	(0,1)
TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES	28	55	895	32.853	33.830	
Ações Preferenciais Resgatáveis	-	3	-	655	658	1,9
TOTAL GERAL	28	58	895	33.508	34.488	
% por prazo de vencimento	0,1	0,2	2,6	97,2		

31/12/2009						
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%
CDB	-	-	-	20.160	20.160	88,7
Euronotes	-	20	-	857	877	3,9
Bonos	-	3	3	130	136	0,6
Eurobonds	13	-	-	871	884	3,9
(-) Custo de transação incorrido	-	-	-	(19)	(19)	(0,1)
TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES	13	23	3	21.999	22.038	
Ações Preferenciais Resgatáveis	-	3	-	684	688	3,0
TOTAL GERAL	13	26	3	22.684	22.726	
% por prazo de vencimento	0,1	0,1	0,0	99,8		

31/12/2008						
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%
CDB	-	2	1.201	18.278	19.481	83,4
Euronotes	-	27	-	1.167	1.194	5,1
Bonos	-	-	-	148	148	0,6
Eurobonds	-	19	-	1.623	1.642	7,0
(-) Custo de transação incorrido	-	-	-	(39)	(39)	(0,2)
TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	49	1.201	21.176	22.426	
Ações Preferenciais Resgatáveis	-	12	-	919	931	4,0
TOTAL GERAL	-	61	1.201	22.095	23.356	
% por prazo de vencimento	-	0,3	5,1	94,6		

O quadro que destaca as captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada está demonstrado no Item 10.1.(f.II) deste formulário.

IV - Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Parte de nossa dívida de longo prazo prevê a antecipação do saldo do principal em aberto quando da ocorrência de determinados fatos, como é de praxe em contratos de financiamento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2010, não havia ocorrido nenhum evento de inadimplência nem descumprimento de cláusula financeira.

Adicionalmente, o Itaú Unibanco Holding S.A. (“Emissora”) instituiu, em março de 2010, um programa para emissão e distribuição de notas, com determinados intermediários financeiros (“Programa”). O Programa prevê que poderão ser emitidas pela Emissora, por si própria ou por meio de sua agência das Ilhas Cayman, notas, subordinadas ou seniores (“Notas”), até o valor limite de US\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de dólares norte-americanos).

Até a presente data foram concluídas as seguintes emissões sob o Programa (“Emissões”):

(i) US\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares norte americanos) em Notas Subordinadas emitidas em 15 de abril de 2010, com vencimento em 15 de abril de 2020, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo .

(ii) US\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares norte americanos) em Notas Subordinadas emitidas em 23 de setembro de 2010, com vencimento em 22 de janeiro de 2021, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo.

(iii) R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) em Notas Seniores emitidas em 23 de novembro de 2010, com vencimento em 23 de novembro de 2015, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo.

(iv) US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte americanos) em Notas Subordinadas emitidas em 31 de janeiro de 2011, com vencimento em 22 de janeiro de 2021, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo.

O Programa e as Emissões impõem determinadas condições e limitações à Emissora, conforme discriminadas a seguir:

a. Alienação de Ativos e Alienação de Controle Societário

Regra geral, é permitido ao emissor a alienação de todos, ou parte substancial de seus ativos, inclusive por meio de reorganizações societárias (tais como processos de fusão e cisão) sem consentimento dos titulares das Notas Subordinadas objeto da Primeira Emissão, desde que, em decorrência de qualquer das operações acima:

- (i) a entidade que receba tais ativos ou que assuma o controle se comprometa a cumprir todas as obrigações de pagamento de principal e juros de qualquer nota emitida com base no Programa, bem como se comprometa a assumir todas as demais obrigações impostas à Emissora;
- (ii) não ocorra, por meio da realização de tais operações, algum evento de inadimplência; e
- (iii) a partir de qualquer anúncio público a respeito da operação e antes de sua conclusão: os administradores do emissor entreguem ao agente fiduciário (trustee) uma declaração de que a operação de alienação dos ativos em questão está em conformidade com as obrigações e restrições impostas à Emissora; uma opinião legal seja entregue pelos consultores jurídicos da Emissora a respeito da assunção das obrigações oriundas do Programa por parte da nova entidade que assumir os ativos ou o controle societário

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em R\$ milhões

Ativo	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	2010 X 2009	2009 X 2008
Circulante e realizável a longo prazo	744.601	597.978	626.777	24,5%	-4,6%
Disponibilidades	10.493	10.594	15.847	-1,0%	-33,1%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	85.926	139.195	124.546	-38,3%	11,8%
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	188.853	120.189	138.344	57,1%	-13,1%
Relações interfinanceiras e interdependências	86.524	14.570	14.268	493,9%	2,1%
Operações com características de concessão de crédito e outros créditos	297.102	245.951	241.043	20,8%	2,0%
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(22.292)	(24.052)	(19.972)	-7,3%	20,4%
Outros ativos	97.996	91.531	112.701	7,1%	-18,8%
Permanente	10.512	10.295	10.426	2,1%	-1,3%
Investimentos	2.135	2.187	2.258	-2,4%	-3,1%
Imobilizado de uso e imobilizado de arrendamento	5.025	4.360	4.035	15,3%	8,1%
Ágio	68	-	-	-	-
Intangível	3.285	3.748	4.133	-12,4%	-9,3%
Total Geral do ativo	755.112	608.273	637.202	24,1%	-4,5%
Passivo	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	2010 X 2009	2009 X 2008
Circulante e exigível a longo prazo	689.904	553.584	590.788	24,6%	-6,3%
Depósitos	202.738	190.772	206.189	6,3%	-7,5%
Depósitos à vista	26.437	25.834	28.071	2,3%	-8,0%
Depósitos de poupança	57.899	48.222	39.296	20,1%	22,7%
Depósitos interfinanceiros	1.985	2.046	2.921	-3,0%	-29,9%
Depósitos a prazo	116.416	114.671	135.901	1,5%	-15,6%
Captações no mercado aberto	199.641	131.935	124.358	51,3%	6,1%
Recursos de aceites e emissão de títulos	25.609	17.320	19.596	47,9%	-11,6%
Relações interfinanceiras e interdependências	4.055	3.077	3.008	31,8%	2,3%
Obrigações por empréstimos e repasses	47.412	34.692	42.636	36,7%	-18,6%
Instrumentos financeiros derivativos	5.705	5.476	14.807	4,2%	-63,0%
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	61.365	52.404	43.182	17,1%	21,4%
Outras obrigações	143.379	117.909	137.011	21,6%	-13,9%
Carteira de câmbio	22.035	27.682	50.761	-20,4%	-45,5%
Dívidas subordinadas	33.830	22.038	22.426	53,5%	-1,7%
Diversas	87.514	68.188	63.824	28,3%	6,8%
Resultados de exercicios futuros	599	466	231	28,6%	101,4%
Participação minoritária nas subsidiárias	3.731	3.540	2.519	5,4%	40,5%
Patrimônio líquido	60.879	50.683	43.664	20,1%	16,1%
Total Geral do passivo	755.112	608.273	637.202	24,1%	-4,5%

Apresentamos a seguir as principais variações em contas do balanço patrimonial nas datas de 31 de dezembro dos anos 2010, 2009 e 2008, lembrando que os saldos apresentados nos finais dos períodos de 2010, 2009 e 2008 refletem a consolidação no Itaú Unibanco das operações oriundas do Unibanco.

O saldo total de ativos somou R\$ 755.112 milhões ao final de 2010, com elevação de 24,1% em relação ao ano anterior, e em 31 de dezembro de 2009 o total de ativos consolidados do Itaú Unibanco era de R\$ 608.273 milhões, uma redução de 4,5% ao compararmos com o saldo de R\$ 637.202 milhões de 31 de dezembro de 2008.

O saldo da carteira de crédito, sem avais e fianças, atingiu R\$ 297.102 milhões em 31 de dezembro de 2010, com crescimento de 20,8% na comparação com 31 de dezembro de 2009. No Brasil, o saldo da carteira de crédito pessoa física somou R\$ 126.876 milhões, crescimento de 18,3% quando comparado ao saldo de igual período de 2009. No segmento de grandes empresas, o saldo da carteira foi de R\$ 76.682 milhões, e no

segmento de micro, pequenas e médias empresas chegou a R\$ 80.035 milhões, com crescimento de 31,3% na comparação com 31 de dezembro de 2009. As operações de empréstimo e financiamento ao varejo cresceram 23,0% no período, totalizando R\$ 206.911 milhões. Em 2010 a carteira de crédito imobiliário atingiu R\$ 13.257 milhões, com crescimento de 55,8% em comparação ao ano anterior. O volume de contratações de financiamento imobiliário para mutuários foi de R\$ 6.887 milhões, enquanto no segmento voltado aos empresários, o total contratado alcançou R\$ 4.447 milhões.

Em 31 de dezembro de 2009, a carteira de crédito sem avais e fianças atingia o saldo de R\$ 245.951 milhões, com acréscimo de 2,0% em relação ao ano anterior. Considerando-se apenas as operações de empréstimos e financiamentos dirigidas ao varejo – carteiras de Cartão de Crédito, Crédito Pessoal, Veículos, Micro, Pequenas e Médias Empresas, Crédito Rural e Crédito Imobiliário - constatamos um crescimento de 14,4% no saldo da carteira, atingindo R\$ 175.192 milhões. Por outro lado, observamos redução de 20,6% no saldo das operações de crédito realizadas com grandes empresas, e de 13,3% nas carteiras da Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, fruto da valorização do real frente a moedas estrangeiras e da recuperação do mercado de capitais, que passou novamente a representar importante fonte de financiamento para os projetos de investimento de grandes conglomerados.

Nossa principal fonte de recursos são os depósitos, estas captações incluem depósitos à vista, de poupança, a prazo e depósitos interfinanceiros. Em 31 de dezembro de 2010, os depósitos totais chegavam a aproximadamente R\$ 202.738 milhões, representando 49,3% do total de recursos, em 31 de dezembro de 2009 os depósitos totais chegaram a aproximadamente R\$ 190.772 milhões, representando 57,8% do total de recursos, já em 31 de dezembro de 2008 os depósitos totais chegaram a aproximadamente R\$ 206.189 milhões, representando 61,1% do total de recursos. Nossos depósitos a prazo representavam em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008, respectivamente, 57,4%, 60,1%, e 65,9% do total dos depósitos.

O saldo de depósitos em 31 de dezembro de 2010 apresentou aumento de 6,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, basicamente pelo crescimento de 20,3% das captações por depósitos de poupança.

O saldo de depósitos em 31 de dezembro de 2009 apresentou redução de 7,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, basicamente pela queda de 15,6% das captações por depósitos a prazo, que não foram compensados pela evolução de 22,7% nos depósitos de poupança.

O patrimônio líquido consolidado totalizou R\$ 60.879 milhões em 31 de dezembro de 2010, atingiu R\$ 50.683 milhões ao final de 2009 e R\$ 43.664 milhões na mesma data de 2008, com crescimentos de 20,1% de 31 de dezembro de 2010 em relação a 2009 e 16,1% de 31 de dezembro de 2009 em relação ao mesmo período de 2008. A variação entre os períodos de 2010, 2009 e 2008 é devida basicamente ao resultado do período e ao pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos.

	Em R\$ milhões				
	Exercício 2010	Exercício 2009	Exercício 2008	2010 X 2009	2009 X 2008
Resultado da intermediação financeira antes dos créditos de liquidação duvidosa	45.260	46.116	23.360	-1,9%	97,4%
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	(10.088)	(14.165)	(1.946)	-28,8%	9,4%
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.364)	(16.399)	(1.280)	-12,4%	14,8%
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.276	2.234	1.334	91,4%	67,4%
Resultado bruto da intermediação financeira	35.172	31.950	10.415	10,1%	206,8%
Outras receitas/despesas operacionais	(14.727)	(14.594)	(1.293)	0,9%	18,7%
Receitas de prestação de serviços	14.253	12.400	8.649	14,9%	43,4%
Rendidas de tarifas bancárias	3.210	2.772	2.555	15,8%	8,5%
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	2.658	2.432	1.307	9,3%	86,0%
Despesas de pessoal	(12.822)	(12.092)	(8.809)	6,0%	37,3%
Outras despesas administrativas	(14.038)	(11.593)	(7.921)	21,1%	46,4%
Despesas tributárias	(4.296)	(4.238)	(2.336)	1,4%	81,4%
Resultado de participações em coligadas/controladas	224	209	201	7,2%	4,3%
Outras receitas operacionais	561	808	789	-30,6%	2,5%
Outras despesas operacionais	(4.477)	(5.292)	(6.728)	-15,4%	-21,3%
Resultado operacional	20.445	17.357	(1.879)	17,8%	-1023,9%
Resultado não operacional	80	430	206	-81,5%	109,2%
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	20.525	17.787	(1.673)	15,4%	-1163,3%
Imposto de renda e contribuição social	(6.017)	(6.652)	9.850	-9,5%	-167,5%
Participações estatutárias no lucro	(261)	(205)	(107)	27,7%	91,0%
Administrações - estatutárias	(261)	(205)	(107)	27,7%	91,0%
Participação minoritária nas subsidiárias	(924)	(864)	(266)	6,9%	224,3%
Lucro líquido	13.323	10.067	7.803	32,3%	29,0%

Comentários sobre as principais variações nas demonstrações de resultados dos anos de 2010, 2009 e 2008 estão demonstrados no item 10.2.(a) deste formulário.

10.2 - Os diretores devem comentar sobre:

a) Resultados das operações, em especial:

I - Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

II - Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Resultados das Operações do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010 comparado com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2009.

Destaques

Em 31 de dezembro de 2010, nosso lucro líquido consolidado foi de R\$ 13.323 milhões e nosso patrimônio líquido totalizou R\$ 60.879 milhões. O retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio foi de 24,1% em 2010. Na mesma data, o índice de Basileia, com base no consolidado econômico-financeiro, foi de 15,4%, uma redução de 1,3 p.p. em comparação a 31 de dezembro de 2009, principalmente devido (i) mudanças nas regras de exigência de capital, que excluíram as provisões adicionais para créditos de liquidação duvidosa do cálculo de capital do Nível 1, e (ii) expansão do crédito. Para mais detalhes sobre o cálculo de nosso capital regulamentar, consulte a Nota 3 às demonstrações financeiras consolidadas referentes à data base e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Em 2010, nosso principal desafio foi a finalização da integração das agências do Unibanco e dos postos de serviço em todo o Brasil. Com a conclusão da integração, fomos capazes de aprimorar nossos processos e, conseqüentemente, ampliar o volume de serviços e aumentar a nossa base de clientes, mantendo a qualidade dos serviços.

Destacamos a melhora na qualidade dos ativos como a principal mudança em nossa situação financeira referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. As nossas operações foram positivamente afetadas pela redução da inadimplência, principalmente devido a uma melhora na qualidade de nossa carteira de crédito de pessoas físicas e jurídicas, e um avanço em nossa recuperação de empréstimos anteriormente baixados como prejuízo. Os níveis reduzidos de inadimplência estão associados ao desenvolvimento da economia brasileira, bem como às políticas conservadoras de crédito que adotamos a partir de 2009.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de transações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, incluindo avais e fianças, era de R\$ 335.476 milhões, um aumento de 20,5% se comparado a 31 de dezembro de 2009. O crédito a pessoas físicas aumentou 18,3%, enquanto o crédito a pessoas jurídicas aumentou 21,8% se comparado a 31 de dezembro de 2009. Em 2010, mantivemos nossa estratégia de aumentar o volume de empréstimo para cartão de crédito, financiamento de veículos, crédito imobiliário e crédito para micro, pequenas e médias empresas, sendo que a carteira de crédito para pessoas jurídicas aumentou a uma taxa maior do que para outros segmentos.

Nossos resultados das operações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, comparados aos do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, refletiram um impacto significativo da variação cambial. A taxa de câmbio entre o dólar dos EUA e o real variou significativamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 o real valorizou-se 4,3% em relação ao dólar dos EUA, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 o real valorizou-se 25,5% em relação ao dólar dos EUA. A redução das receitas da intermediação financeira antes de perdas com crédito, devido principalmente a ganhos menores de instrumentos financeiros derivativos usados para proteger nossos investimentos em controladas no exterior, resultou em uma diminuição de despesas relacionadas a imposto de renda e contribuição social.

Em 23 de agosto de 2009, o Itaú Unibanco Holding e a Porto Seguro S.A. ("**Porto Seguro**") firmaram um acordo de associação para unificar suas respectivas operações de seguros residencial e automóveis. Como consequência desta associação, os resultados da Porto Seguro foram consolidados proporcionalmente a partir do quarto trimestre de 2009, em vista da participação de 30,0% na Porto Seguro. Dessa forma, as demonstrações financeiras referentes à data base e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 apresentam os efeitos desta associação e consolidam nossa participação proporcional nos resultados operacionais da Porto Seguro em nossa demonstração financeira consolidada e a situação financeira em nosso balanço patrimonial consolidado. Esta associação não teve impacto significativo no nosso lucro líquido.

Lucro líquido

A tabela a seguir apresenta os principais componentes do nosso lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2010	2009	Variação (%)
	(em milhões de R\$)		
Receitas da intermediação financeira.....	80.326	76.697	4,7%
Despesas da intermediação financeira.....	(35.066)	(30.581)	14,7%
Resultado da intermediação financeira antes dos créditos de liquidação duvidosa.....	45.260	46.116	(1,9)%
Resultado de créditos de liquidação duvidosa.....	(10.088)	(14.165)	28,8%
Resultado bruto da intermediação financeira.....	35.172	31.950	10,1%
Outras receitas (despesas) operacionais.....	(14.727)	(14.594)	0,9%
Resultado operacional.....	20.445	17.357	17,8%
Resultado não operacional.....	80	430	(81,4)%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações.....	20.525	17.787	15,4%
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	(6.017)	(6.652)	(9,5)%
Participações no lucro.....	(261)	(205)	27,3%
Participação minoritária nas subsidiárias.....	(924)	(864)	6,9%
Lucro líquido.....	<u>13.323</u>	<u>10.067</u>	32,3%

Em 2010, nosso lucro líquido foi influenciado pelas seguintes transações não recorrentes, apresentadas após impostos: (i) reversão parcial da provisão adicional para créditos de liquidação duvidosa (receita de R\$ 1.038 milhões); (ii) o programa de pagamento ou parcelamento de tributos federais — Lei nº. 11.941 (receita de R\$ 145 milhões); (iii) provisões para contingências relacionadas a processos cíveis relacionados a planos econômicos (despesa de R\$ 467 milhões); (iv) provisão para contingências fiscais relacionadas a impostos e previdência social (despesa de R\$ 380 milhões); e (v) reconhecimento dos efeitos relacionados aos benefícios pós-emprego (despesa de R\$ 35 milhões).

Receitas da intermediação financeira

A tabela a seguir apresenta os principais componentes das nossas receitas da intermediação financeira referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2010	2009	Variação (%)
	(em milhões de R\$)		
Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos ...	51.748	47.477	9,0%
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	18.772	23.994	(21,8)%
Receitas financeiras das operações com seguros, previdência e capitalização.....	4.721	4.576	3,2%
Resultado de operações de câmbio.....	980	9	n.m.
Resultado das aplicações compulsórias.....	<u>4.106</u>	<u>641</u>	540,6%
Total das receitas da intermediação financeira.....	<u>80.326</u>	<u>76.697</u>	4,7%

Nossas receitas da intermediação financeira aumentaram 4,7% de R\$ 76.697 milhões em 2009 para R\$ 80.326 milhões em 2010, um aumento de R\$ 3.629 milhões. Esse aumento é principalmente decorrente de aumentos na receita de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, receita de depósitos compulsórios, receita de operações de câmbio e, em menor grau, dos resultados de seguros, previdência e capitalização e, foi parcialmente compensado pela redução do resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O aumento na receita de depósitos compulsórios reflete o impacto das novas exigências implementadas pelo Banco Central em 2010, aumentando significativamente o volume de depósitos necessário. A redução da receita de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos também reflete a receita associada ao nosso risco de estratégia administrativa e gestão de *gaps*, especialmente aqueles relacionados com instrumentos derivativos usados para proteger nossos investimentos em controladas no exterior.

Receita de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

Nossa receita de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos aumentou 9%, passando de R\$ 47.477 milhões em 2009 para R\$ 51.748 milhões em 2010, um aumento de R\$ 4.271 milhões. Esse aumento está relacionado principalmente pelo crescimento do volume de operações de crédito e arrendamento mercantil, especialmente cartão de crédito, financiamento de veículos, créditos imobiliários e créditos a pessoa jurídica, bem como ganhos sobre operações de crédito e arrendamento mercantil expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados.

A tabela a seguir apresenta o desempenho de transações de crédito com empréstimos (incluindo avais e fianças) classificadas por tipo de credor (pessoas física e jurídica), compostas mais detalhadamente por tipo de produto para pessoa física e porte do cliente para pessoa jurídica.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2010	2009	Varição
	(em milhões de R\$)		
Pessoa física	127.417	107.812	18,2%
Cartão de crédito.....	34.953	29.313	19,2%
Crédito pessoal	23.918	20.627	16,0%
Veículos	60.190	52.276	15,1%
Crédito imobiliário ⁽¹⁾	8.067	5.249	53,7%
Crédito rural ⁽¹⁾	289	348	(17,0)%
Pessoa jurídica	193.663	158.862	21,9%
Grandes	110.793	95.832	15,6%
Micro, pequenas e médias	82.870	63.030	31,5%
Empréstimos a clientes de controladas localizadas na Argentina/Chile/Uruguai/Paraguai	14.397	11.708	23,0%
Total de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos (incluindo avais e fianças)	335.476	278.382	20,5%

(1) Crédito imobiliário e crédito rural estão alocados em crédito a pessoa física e crédito a pessoa jurídica, conforme apropriado, de acordo com o tipo de cliente. Em 31 de dezembro de 2010, o total da carteira de crédito imobiliário foi de R\$ 13.257 milhões e o total da carteira de crédito rural foi de R\$ 5.425 milhões, em comparação com R\$ 8.510 milhões e R\$ 5.143 milhões, respectivamente, em 31 de dezembro de 2009.

O saldo total das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, incluindo avais e fianças, totalizou R\$ 335.476 milhões em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 20,5% em comparação com o saldo de R\$ 278.382 milhões em 31 de dezembro de 2009. Os créditos a pessoa física totalizaram R\$ 127.417 milhões em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 18,2% em comparação com 31 de dezembro de 2009. O saldo de empréstimo de cartão de crédito aumentou 19,2% de 31 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010. O empréstimo de cartão de crédito é uma ferramenta cada vez mais importante para captar novos clientes, especialmente pessoas físicas de baixa renda. O crédito pessoal aumentou 16,0% de 31 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010, e o financiamento de veículos subiu 15,1% de 31 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010, nos dois casos, principalmente em decorrência do crescimento global desses mercados no Brasil. Os créditos imobiliários a pessoas físicas aumentaram 53,7% de 31 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010, em virtude do favorável ambiente econômico brasileiro. Os créditos a pessoa jurídica totalizaram R\$ 193.663 milhões em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 21,9% quando comparado a 31 de dezembro de 2009, impulsionado por um aumento de 31,5% do crédito para micro, pequenas e médias empresas como parte do nosso aumento estratégico do foco nesses clientes. Os créditos a grandes empresas totalizaram R\$ 110.793 milhões em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 15,6% em comparação com 31 de dezembro de 2009, especificamente repasses do BNDES. O saldo das nossas carteiras de crédito na Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai totalizou R\$ 14.397 milhões em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 23,0% em comparação com 31 de dezembro de 2009, impulsionado principalmente pelo crescimento das operações no exterior e pela valorização do real em relação a várias dessas moedas.

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Nosso resultado das operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos diminuiu 21,8%, ou R\$ 5.222 milhões, de R\$ 23.994 milhões em 2009 para R\$ 18.772 milhões em 2010. Essa redução no resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros reflete ganhos menores de instrumentos financeiros derivativos usados como proteção da variação de câmbio sobre nossos investimentos em controladas no exterior. Em 2009, também aproveitamos as oportunidades de mercado decorrentes da volatilidade e das movimentações das taxas de juros, que contribuíram para um aumento da receita do período. Por outro lado, durante 2010, não identificamos as mesmas condições de mercado.

Receitas financeiras das operações com seguros, previdência e capitalização

Nossas receitas financeiras das operações com seguros, previdência e capitalização aumentaram 3,2%, de R\$ 4.576 milhões em 2009 para R\$ 4.721 milhões em 2010, um crescimento de R\$ 145 milhões devido principalmente ao aumento de receitas de planos de previdência relacionado com um maior volume, e devido também à variação das taxas médias de juros de um período para outro.

Resultado de operações de câmbio

O resultado de operações de câmbio aumentou R\$ 970 milhões, de R\$ 9 milhões em 2009 para R\$ 980 milhões em 2010, devido a ganhos relacionados com negociações em moedas estrangeiras.

Resultado das aplicações compulsórias

Nosso resultado das aplicações compulsórias aumentou R\$ 3.465 milhões, de R\$ 641 milhões em 2009 para R\$ 4.106 milhões em 2010. As exigências regulatórias relacionadas com depósitos compulsórios mudaram em 2010, o que aumentou significativamente o volume de depósitos necessário, afetando conseqüentemente o resultado das aplicações compulsórias. Em 31 de dezembro de 2010, os depósitos compulsórios totalizaram R\$ 85.776 milhões em comparação a R\$ 13.869 milhões em 31 de dezembro de 2009, dos quais R\$ 81.034 milhões e R\$ 9.827 milhões, respectivamente, referiam-se a depósitos remunerados.

Despesas da intermediação financeira

A tabela a seguir descreve os principais componentes das nossas despesas da intermediação financeira em 2010 e 2009.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2010	2009	Varição (%)
	(em milhões de R\$)		
Operações de captação no mercado.....	(30.083)	(26.297)	14,4%
Despesas financeiras de provisões técnicas de previdência e capitalização.....	(4.014)	(3.992)	0,5%
Operações de empréstimos e repasses.....	(969)	(292)	231,8%
Total de despesas da intermediação financeira.....	<u>(35.066)</u>	<u>(30.581)</u>	14,7%

As despesas da intermediação financeira aumentaram 14,7% de R\$ 30.581 milhões em 2009 para R\$ 35.066 milhões em 2010, um aumento de R\$ 4.485 milhões, decorrente principalmente do aumento das despesas de operações de captação no mercado, conforme discutido abaixo.

Despesas de operações de captação no mercado

Nossas despesas de operações de captação no mercado aumentaram 14,4% de R\$ 26.297 milhões em 2009 para R\$ 30.083 milhões em 2010, um aumento de R\$ 3.786 milhões. Esse aumento foi devido principalmente pelo crescimento de R\$ 67.706 milhões, ou 51,3%, em depósitos vinculados a compromisso de recompra, ao aumento da taxa SELIC de 8,75% para 10,75%, e também reflete o impacto da variação cambial sobre passivos expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados.

Despesas de provisões técnicas para planos de previdência e capitalização

As despesas de provisões técnicas para operações de previdência e capitalização aumentaram 0,5% de R\$ 3.992 milhões em 2009 para R\$ 4.014 milhões em 2010, um aumento de R\$ 22 milhões devido principalmente ao aumento do volume dos planos de previdência.

Despesas com operações de empréstimos e repasses

Nossas despesas com operações de empréstimos e repasses aumentaram de R\$ 292 milhões em 2009 para R\$ 969 milhões em 2010, um aumento de R\$ 677 milhões, decorrente principalmente do aumento de R\$ 12.720 milhões em empréstimos e repasses e do impacto das variações cambiais sobre empréstimos e repasses expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados.

Resultado da intermediação financeira antes dos créditos de liquidação duvidosa

Nosso resultado da intermediação financeira antes dos créditos de liquidação duvidosa diminuiu 1,9% de R\$ 46.116 milhões em 2009 para R\$ 45.260 milhões em 2010, uma redução de R\$ 856 milhões, principalmente em razão dos fatores descritos acima em "Receitas da intermediação financeira" e "Despesas da intermediação financeira".

Resultado de créditos de liquidação duvidosa

O resultado de créditos de liquidação duvidosa diminuiu 28,8% de R\$ 14.165 milhões em 2009 para R\$ 10.088 milhões em 2010, uma redução de R\$ 4.077 milhões. A tabela a seguir descreve os principais componentes do nosso resultado de créditos de liquidação duvidosa em 2010 e 2009.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2010	2009	Varição (%)
	(em milhões de R\$)		
Despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(14.364)	(16.399)	(12,4)%
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo.....	<u>4.276</u>	<u>2.234</u>	91,4%
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa....	<u>(10.088)</u>	<u>(14.165)</u>	(28,8)%

Despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa

O resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa diminuiu 12,4% de R\$ 16.399 milhões em 2009 para R\$ 14.364 milhões em 2010, uma redução de R\$ 2.035 milhões. Durante o ano de 2010, a qualidade da nossa carteira de crédito melhorou significativamente em comparação com o ano anterior. Em 2009, os efeitos adversos da crise financeira e econômica internacional espalharam-se entre os setores e resultaram no aumento de risco relacionado com certas carteiras de crédito. Na época, os níveis de inadimplência aumentaram para pessoas físicas e jurídicas em geral, refletindo essas condições de mercado adversas. Entretanto, em 2009 o governo brasileiro adotou pacotes de incentivos fiscais para estimular o consumo e melhorar os níveis gerais de atividade econômica, que contribuíram para a rápida melhora da qualidade de crédito. O governo brasileiro manteve esses incentivos até o final do primeiro trimestre de 2010.

Em 31 de dezembro de 2009, após uma reversão de R\$ 1.687 milhões, a provisão para créditos de liquidação duvidosa adicional ao mínimo exigido pelo Banco Central totalizou R\$ 6.104 milhões. Essa reversão foi resultado dos níveis de provisões indicados pelos nossos modelos de crédito considerando o desempenho da nossa carteira de crédito, que sofreu o impacto da crise econômica internacional.

No último trimestre de 2010, a provisão adicional para créditos de liquidação duvidosa passou a refletir o modelo de perda esperada adotado na gestão do risco de crédito da instituição, baseado no conceito amplo de Basileia II, que considera inclusive as perdas potenciais para linhas de créditos rotativos. Esse modelo substituiu o anterior, que continha, além da perda esperada, o conceito de provisão anticíclica, a qual passa a ser tratada como colchão de capital segundo os preceitos de Basileia III. A adoção desse modelo resultou na reversão de provisão no valor R\$ 1.573 milhões no quarto trimestre de 2010, que gerou uma provisão adicional ao mínimo exigido pelo Banco Central de R\$ 4.531 milhões.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi equivalente a 7,5% da nossa carteira de crédito em comparação com 9,8% em 31 de dezembro de 2009.

Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo

Nossa receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo aumentou 91,4% de R\$ 2.234 milhões em 2009 para R\$ 4.276 milhões no mesmo período em 2010, um aumento de R\$ 2.042 milhões. Um ambiente econômico melhor e nossos maiores esforços de cobrança em 2010 foram as principais causas desse aumento.

Resultado bruto da intermediação financeira

Nosso resultado bruto da intermediação financeira aumentou 10,1% de R\$ 31.950 milhões em 2009 para R\$ 35.172 milhões em 2010, um aumento de R\$ 3.222 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de outras receitas (despesas) operacionais referente aos períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2010	2009	Varição (%)
	(em milhões de R\$)		
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	17.463	15.172	15,1%
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	2.658	2.432	9,3%
Despesas de pessoal	(12.822)	(12.092)	6,0%
Outras despesas administrativas	(14.038)	(11.593)	21,1%
Despesas tributárias	(4.296)	(4.238)	1,4%
Resultado de participações em coligadas e outros investimentos	224	209	7,2%
Outras receitas operacionais	561	808	(30,6)%
Outras despesas operacionais	(4.477)	(5.292)	(15,4)%
Total de outras receitas (despesas) operacionais	(14.727)	(14.594)	0,9%

Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

Nossas receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias aumentaram 15,1% de R\$ 15.172 milhões em 2009 para R\$ 17.463 milhões em 2010, um aumento de R\$ 2.291 milhões.

As receitas de prestação de serviços aumentaram 14,9% de R\$ 12.400 milhões em 2009 para R\$ 14.253 milhões em 2010, um aumento de R\$ 1.853 milhões. Esse aumento está relacionado principalmente ao crescimento de receitas de operações de cartão de crédito, que aumentaram 14,6% de R\$ 5.762 milhões em 2009 para R\$ 6.605 milhões em 2010, um aumento de R\$ 843 milhões, devido principalmente ao maior volume de descontos de fatura para varejistas, ao crescimento do número de clientes de cartão de crédito, ao aumento do uso de cartões de crédito como o método de pagamento em operações comerciais e ao aumento da oferta de

linhas de crédito ao consumidor, como antecipação de caixa, oferecidas por nós através dos varejistas. As receitas de ativos administrados aumentaram 12,3% de R\$ 2.249 milhões em 2009 para R\$ 2.526 milhões em 2010, um aumento de R\$ 277 milhões, devido ao aumento de 9,0% no volume de ativos administrados, que aumentou de R\$ 333.869 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 363.818 milhões em 31 de dezembro de 2010. Fianças e créditos concedidos aumentaram 10,5% de R\$ 1.323 milhões em 2009 para R\$ 1.462 milhões em 2010, um aumento de R\$ 139 milhões. Essa mudança está relacionada com um aumento em nossa atividade operacional e a um ambiente econômico mais favorável para concessão de crédito. Além disso, apresentamos um aumento de 23,9%, ou R\$ 334 milhões em outras receitas de prestação de serviços, relacionado principalmente com a retomada das receitas do Banco de Investimento, e das atividades de assessoria econômica e financeira após um período de morosidade que se seguiu à crise financeira internacional que influenciou negativamente nosso desempenho em 2009.

A receita de tarifas bancárias aumentou 15,8% de R\$ 2.772 milhões em 2009 para R\$ 3.210 milhões em 2010, um aumento de R\$ 438 milhões. O aumento foi devido principalmente a receitas com operações de crédito e pacotes de serviços sobre um volume maior de operações.

Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização

O resultado de operações com seguros, previdência e capitalização aumentou 9,3% de R\$ 2.432 milhões em 2009 para R\$ 2.658 milhões em 2010, um crescimento de R\$ 226 milhões influenciado, principalmente, pela redução das despesas com sinistros e por aumentos de prêmios e contribuições.

Despesas de pessoal

Nossas despesas de pessoal aumentaram 6,0% de R\$ 12.092 milhões em 2009 para R\$ 12.822 milhões em 2010, um crescimento de R\$ 730 milhões. Esse aumento das despesas de pessoal foi devido principalmente ao impacto do acordo sindical assinado em setembro de 2009, que gerou um aumento de 6,0% na remuneração e nos benefícios aos nossos funcionários. Além disso, tivemos um aumento de 6,3% no número de funcionários para um total de 108.040 funcionários em 31 de dezembro de 2010 em decorrência no nosso crescimento orgânico, especialmente nos segmentos de micro, pequenas e médias empresas e de crédito ao consumidor. Finalmente, o acordo sindical fechado em setembro de 2010 aumentou a remuneração em 7,5% para funcionários que ganham até R\$ 5.250, e em (i) 4,29% ou (ii) um valor fixo de R\$ 393,75 por mês, das duas opções a maior, para empregados que ganham acima de R\$ 5.250 por mês. O acordo estabeleceu, também, um aumento de 7,5% em benefícios para todos os funcionários.

Outras despesas administrativas

As outras despesas administrativas aumentaram 21,1% de R\$ 11.593 milhões em 2009 para R\$ 14.038 milhões em 2010, um aumento de R\$ 2.445 milhões. Esse crescimento em outras despesas administrativas foi devido principalmente a despesas relacionadas com a migração de agências do Unibanco para a plataforma Itaú e ao nosso crescimento orgânico, especialmente no segmento de micro, pequenas e médias empresas. Além disso, registramos aumento de despesas relacionadas com uma maior atividade operacional, especialmente aquelas relacionadas com processamento de dados, comunicação e manutenção, assim como com despesas de marketing e propaganda relacionadas com a Copa do Mundo de futebol e com as novas campanhas de marketing institucional.

Despesas tributárias

Nossas despesas tributárias aumentaram 1,4% de R\$ 4.238 milhões em 2009 para R\$ 4.296 milhões em 2010, um aumento de R\$ 58 milhões. Esse crescimento das despesas tributárias foi devido principalmente ao aumento da atividade operacional.

Resultado de participações em coligadas e outros investimentos

Nosso resultado de participações em coligadas e outros investimentos aumentou 7,2% de R\$ 209 milhões em 2009 para R\$ 224 milhões em 2010, um aumento de R\$ 15 milhões, decorrente de um aumento nos dividendos recebidos de outros investimentos.

Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais diminuiram 30,6% de R\$ 808 milhões em 2009 para R\$ 561 milhões em 2010, uma diminuição de R\$ 247 milhões, relacionada principalmente com o impacto da reversão de provisões para ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) em 2009 no valor de R\$ 354 milhões.

Outras despesas operacionais

Nossas outras despesas operacionais diminuíram 15,4% de R\$ 5.292 milhões em 2009 para R\$ 4.477 milhões em 2010, uma diminuição de R\$ 815 milhões. Em 2009, ocorreram certos eventos, tais como a aquisição de participação societária da Redecard S.A. (“Redecard”), que acarretou em despesas de amortização de ágios de R\$ 557 milhões, e uma despesa de R\$ 550 milhões relacionada com renegociação de contrato com a Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD”) referente ao empreendimento conjunto (“joint venture”) Financeira Itaú CBD S.A., Crédito, Financiamento e Investimento (“FIC”) para liberar a Itaú Unibanco Holding de suas obrigações de exclusividade. Vale destacar que em janeiro de 2011, a Itaú Seguros, subsidiária do Itaú Unibanco Holding, e a Nova Casa Bahia, subsidiária da Globex Utilidades, celebraram um termo adicional ao Acordo Operacional para Prestação de Serviços na Contratação de Seguro de Garantia Estendida Diferenciada cuja vigência se dará até 31 de dezembro de 2015. A Nova Casa Bahia recebeu em 14 de janeiro o equivalente a R\$ 260 milhões em complemento à antecipação da angariação por venda de certificados individuais de Seguro de Garantia Estendida.

Resultado operacional

Nosso resultado operacional aumentou 17,8% de R\$ 17.357 milhões em 2009 para R\$ 20.445 milhões em 2010, um aumento de R\$ 3.088 milhões.

Resultado não operacional

Nosso resultado não operacional diminuiu de R\$ 430 milhões em 2009 para R\$ 80 milhões em 2010, uma diminuição de R\$ 350 milhões. Durante 2009, ocorreram certos eventos não recorrentes, tais como a alienação de todas as nossas ações da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento — Visanet (“Visanet”) e na Visa Inc. (“Visa”), que levou a uma receita a R\$ 345 milhões. Maiores detalhes no item 10.3 c).

Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações no lucro

Nosso resultado antes da tributação sobre o lucro e participações no lucro aumentou 15,4% de R\$ 17.787 milhões em 2009 para R\$ 20.525 milhões em 2010, um aumento de R\$ 2.738 milhões.

Despesa de imposto de renda e contribuição social

A tabela a seguir apresenta os principais componentes da nossa despesa de imposto de renda e contribuição social em 2010 em comparação com a de 2009.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2010	2009	Variação (%)
		(em milhões de R\$)	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social.....	20.525	17.787	15,4%
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes.....	(8.210)	(7.115)	15,4%
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de:			
(Inclusões) exclusões permanentes.....	2.193	463	n.m.
Varição cambial de investimentos no exterior.....	(489)	(2.034)	(76,0)%
Juros sobre o capital próprio.....	1.526	1.478	3,2%
Dividendos, juros sobre títulos da dívida externa e incentivos fiscais.....	300	465	(35,5)%
Constituição (reversão) de períodos anteriores.....	614	650	(5,5)%
Outros.....	241	(96)	(351,0)%
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social...	<u>(6.017)</u>	<u>(6.652)</u>	(9,5)%

A despesa de imposto de renda e contribuição social diminuiu 9,5% de uma despesa de R\$ 6.652 milhões em 2009 para uma despesa de R\$ 6.017 milhões em 2010. Os principais fatores que contribuíram para essa redução foram: (i) o efeito das taxas de câmbio sobre nossos investimentos em controladas no exterior, que resultou em uma despesa de R\$ 489 milhões em 2010, em comparação a uma despesa de R\$ 2.034 milhões em 2009; e (ii) dividendos, juros sobre títulos da dívida externa e incentivos fiscais de R\$ 300 milhões em 2010, uma redução de 35,5%, ou R\$ 165 milhões, quando comparada com a de 2009.

O total do nosso imposto de renda é composto de imposto de renda corrente e imposto diferido. Certos valores de receitas e despesas são reconhecidos em nossa demonstração do resultado, mas não afetam nossa base tributável, e, por outro lado, certos valores são receitas tributáveis ou despesas dedutíveis na determinação da nossa tributação sobre o lucro, mas não afetam nossa demonstração do resultado. Esses itens são conhecidos como “diferenças permanentes”. De acordo com a legislação tributária brasileira, os ganhos e as perdas cambiais sobre nossos investimentos em controladas no exterior não são tributáveis, no caso de ganho, e não são dedutíveis, no caso de perda, e são diferenças permanentes. A partir de uma perspectiva econômica, nós protegemos nossos investimentos em controladas no exterior usando passivos ou instrumentos derivativos

expressos em moedas estrangeiras. Os ganhos e perdas sobre instrumentos derivativos e os ganhos e perdas cambiais sobre passivos expressos em moedas estrangeiras são tributáveis ou dedutíveis de acordo com a legislação tributária brasileira. Em 2010, tivemos uma valorização do real em relação às moedas estrangeiras com as quais operam nossas controladas, o que gerou perdas não dedutíveis para fins fiscais. A valorização do real gerou ganhos tributáveis nos instrumentos derivativos utilizados como *hedge* econômico e ganhos dedutíveis de variação cambial sobre os passivos também utilizados para fazer o *hedge* econômico.

Participações no lucro

A participação no lucro dos membros da nossa administração aumentou 27,3% de R\$ 205 milhões em 2009 para R\$ 261 milhões em 2010, um aumento de R\$ 57 milhões. Esse crescimento foi principalmente uma consequência dos melhores resultados das operações em 2010 em comparação com os de 2009.

Participação minoritária nas subsidiárias

Os resultados da participação minoritária nas subsidiárias aumentaram de uma despesa de R\$ 864 milhões em 2009 para uma despesa de R\$ 924 milhões em 2010, um aumento de R\$ 60 milhões. Esse aumento está relacionado principalmente aos melhores resultados das nossas subsidiárias em 2010. Para informações adicionais, consulte a Nota 16(e) às demonstrações financeiras consolidadas referentes à data base e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Resultados das Operações do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2009 comparado com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2008

Destaques

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, nosso lucro líquido consolidado foi de R\$ 10.067 milhões. Em 31 de dezembro de 2009, nosso patrimônio líquido totalizou R\$ 50.683 milhões. O retorno sobre o patrimônio líquido médio foi de 21,4% em 2009. O nosso índice de Basileia, com base no consolidado econômico-financeiro, atingiu 16,7%, um aumento de 0,6 p.p. em comparação com o exercício anterior.

Durante 2009, enfrentamos dois desafios principais. Primeiro, internamente, vivenciamos mudanças significativas relacionadas com a associação. No final de 2008, definimos a equipe administrativa que lideraria a nova instituição. Além disso, finalizamos a escolha dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria que seriam responsáveis por conduzir o processo de integração. No primeiro semestre de 2009, esse processo foi expandido para todos os níveis administrativos da nosso banco. Ao mesmo tempo, foram reavaliadas e redefinidas as oportunidades de mercado e os modelos de negócio, e estabelecidas as metas para as unidades de negócio. O processo de migração das agências associado à integração das operações dos dois bancos teve início no segundo semestre de 2009 e a previsão era de que estivesse em ritmo acelerado em 2010. O segundo desafio estava relacionado com a turbulência nos mercados financeiros internacionais. O principal impacto da crise econômica sobre o setor financeiro brasileiro em geral foi um aumento da inadimplência. Nossas operações foram afetadas por uma mudança na qualidade da carteira de crédito. Durante os primeiros nove meses de 2009, usamos parte da nossa provisão adicional para créditos de liquidação duvidosa para responder a essas mudanças na qualidade dos ativos. Porém, no final de 2009, a inadimplência começou a diminuir, alterando a tendência de deterioração gradual da qualidade dos ativos iniciada no final de 2008.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo total das operações de crédito, incluindo avais e fianças, foi de R\$ 278.382 milhões. O crédito para pessoa física aumentou 10,4% enquanto o crédito para pessoa jurídica diminuiu 2,3% se comparados a 31 de dezembro de 2008. Mantivemos nossa estratégia de aumentar o volume de linhas de crédito ao consumidor, principalmente cartões de crédito e financiamento de veículos, e crédito para micro, pequenas e médias empresas em 2009. As mudanças nas taxas de câmbio e a valorização do real em relação a moedas estrangeiras, além da migração de clientes pessoa jurídica aos mercados de capitais como fonte de operações financeiras, foram as principais causas da diminuição do saldo de crédito a pessoas jurídicas.

Em 23 de agosto de 2009, o Itaú Unibanco Holding e a Porto Seguro firmaram um acordo de associação para unificar suas respectivas operações de seguros residencial e automóveis. Além disso, foi assinado um acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, de produtos securitários residenciais e de automóveis aos clientes da rede Itaú Unibanco, no Brasil e no Uruguai. Como consequência desta associação, os resultados da Porto Seguro foram consolidados proporcionalmente a partir do quarto trimestre de 2009, em vista da participação de 30,0% na Porto Seguro.

Reclassificamos certos itens na data base de 31 de dezembro de 2010 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para fins comparativos. Consulte a Nota 22(I) às nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes à data base e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Para fins comparativos, também reclassificamos esses itens em 31 de dezembro de 2008 na discussão a seguir sobre os resultados das nossas operações.

Lucro líquido

A tabela a seguir apresenta os principais componentes do nosso lucro líquido de 2009 e 2008.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2009	2008	Variação (%)
	(em milhões de R\$)		
Receitas da intermediação financeira.....	76.697	56.424	35,9%
Despesas da intermediação financeira.....	<u>(30.581)</u>	<u>(33.064)</u>	(7,5)%
Resultado da intermediação financeira antes dos créditos de liquidação duvidosa.....	46.116	23.360	97,4%
Resultado de créditos de liquidação duvidosa.....	<u>(14.165)</u>	<u>(12.946)</u>	9,4%
Resultado bruto da intermediação financeira.....	31.950	10.415	206,8%
Outras receitas (despesas) operacionais.....	<u>(14.594)</u>	<u>(12.293)</u>	18,7%
Resultado operacional.....	17.357	(1.879)	n.m.
Resultado não operacional.....	<u>430</u>	<u>206</u>	108,7%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações.....	17.787	(1.673)	n.m.
Imposto de renda e contribuição social.....	(6.652)	9.850	(167,5)%
Participações no lucro.....	(205)	(107)	91,6%
Participação minoritária nas subsidiárias.....	<u>(864)</u>	<u>(266)</u>	224,8%
Lucro líquido.....	<u>10.067</u>	<u>7.803</u>	29,0%

Em 2009, nosso lucro líquido foi influenciado pelas seguintes transações não recorrentes, apresentadas após impostos: (i) amortização de ágios (despesa de R\$ 390 milhões), principalmente relacionados com Redecard; (ii) pagamentos à CBD referentes à extensão do acordo envolvendo a *joint-venture* do Itaú Unibanco/CBD (despesa de R\$ 363 milhões); (iii) provisão para contingências relacionadas a processos cíveis referentes a planos econômicos (despesa de R\$ 191 milhões); (iv) alienação de investimentos, principalmente Visa e Visanet (receita de R\$ 228 milhões); e (v) o programa de pagamento ou parcelamento de tributos federais — Lei nº. 11.941 (receita de R\$ 292 milhões).

Receitas da intermediação financeira

A tabela a seguir apresenta os principais componentes das nossas receitas da intermediação financeira em 2009 comparadas com as de 2008.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2009	2008	Variação (%)
	(em milhões de R\$)		
Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos.....	47.477	37.892	25,3%
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	23.994	13.892	72,7%
Receitas financeiras das operações com seguros, previdência e capitalização.....	4.576	2.321	97,2%
Resultado de operações de câmbio.....	9	987	(99,1)%
Resultado das aplicações compulsórias.....	<u>641</u>	<u>1.332</u>	(51,9)%
Total da receita da intermediação financeira.....	<u>76.697</u>	<u>56.424</u>	35,9%

Nossa receita da intermediação financeira aumentou 35,9% de R\$ 56.424 milhões em 2008 para R\$ 76.697 milhões em 2009, um aumento de R\$ 20.273 milhões. Esse crescimento é decorrente principalmente de um aumento no volume de operações, da consolidação das operações do Unibanco durante todo o exercício de 2009 e não apenas no quarto trimestre de 2008, e da nossa estratégia de mudar o mix de ativos para aumentar os valores relativos de empréstimos com margens mais altas.

Receita de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

Nossa receita de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos aumentou 25,3% de R\$ 37.892 milhões em 2008 para R\$ 47.477 milhões em 2009, um aumento de R\$ 9.585 milhões. Esse aumento foi devido principalmente a um aumento no volume médio de operações de crédito, (que não sejam crédito a grandes empresas e a controladas no exterior, que apresentaram uma diminuição) em 2009 em comparação a 2008. A consolidação do Unibanco ao longo de todo o exercício de 2009 (versus apenas o quarto trimestre de 2008) também exerceu um impacto sobre o aumento da nossa receita de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos. Os valores de operações de cartão de crédito, créditos a micro, pequenas e médias empresas, créditos imobiliários e financiamentos de veículos subiram 24,0%, 24,5%, 19,8% e 9,2%, respectivamente, em 2009 quando comparados com 2008. A valorização do real em relação a moedas estrangeiras e a migração de empréstimos bancários para captação no mercado de capitais foram as principais

razões para a queda do saldo médio de créditos a grandes empresas em 2009 em relação a 2008. As mudanças nas taxas de câmbio também afetaram o saldo médio de operações de crédito em nossas operações no exterior.

A tabela a seguir apresenta o desempenho de transações de crédito com empréstimos (incluindo avais e fianças) classificados por tipo de credor (pessoas física e jurídica), decompostas mais detalhadamente por tipo de produto para pessoa física e porte de cliente para pessoa jurídica.

	Em 31 de dezembro		
	2009	2008	Varição (%)
	(em milhões de R\$)		
Pessoa física	107.812	97.940	10,1%
Cartão de crédito.....	29.313	23.638	24,0%
Crédito pessoal	20.627	21.681	(4,9)%
Veículos	52.276	47.853	9,2%
Crédito imobiliário ⁽¹⁾	5.249	4.380	19,8%
Crédito rural ⁽¹⁾	348	389	(10,5)%
Pessoa jurídica ⁽¹⁾	158.862	160.596	(1,1)%
Grandes	95.832	108.207	(11,4)%
Micro, pequenas e médias empresas	63.030	52.389	20,3%
Empréstimos a clientes de controladas localizadas na			
Argentina/Chile/Uruguai/Paraguai	11.708	13.402	(12,6)%
Total de operações de crédito, arrendamento mercantil e			
outros créditos (incluindo avais e fianças)	278.382	271.938	2,4%

(1) Crédito imobiliário e crédito rural estão alocados em crédito a pessoa física e crédito a pessoa jurídica, conforme apropriado, de acordo com o tipo de cliente. Em 31 de dezembro de 2009, o total da carteira de crédito imobiliário foi de R\$ 8.510 milhões e o total da carteira de crédito rural foi de R\$ 5.143 milhões, em comparação com R\$ 6.244 milhões e R\$ 5.654 milhões, respectivamente, em 31 de dezembro de 2008.

O saldo total da carteira de empréstimos e financiamentos, incluindo avais e fianças, foi de R\$ 278.382 milhões em 31 de dezembro de 2009, um aumento de 2,4% em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2008. Os créditos a pessoa física totalizaram R\$ 107.812 milhões, um aumento de 10,1% em comparação com os valores de 31 de dezembro de 2008. A carteira de cartão de crédito aumentou 24,0% de 31 de dezembro de 2008 a 31 de dezembro de 2009. O financiamento de veículos também aumentou 9,2% de 31 de dezembro de 2008 a 31 de dezembro de 2009. As operações de crédito pessoal diminuíram 4,9% e foram afetadas pelas nossas políticas de crédito restritivas adotadas para administrar a turbulência nos mercados financeiros internacionais. Os créditos a pessoa jurídica totalizaram R\$ 158.862 milhões em 31 de dezembro de 2009, um decréscimo de 1,1% quando comparado a 31 de dezembro de 2008. O saldo de crédito para micro, pequenas e médias empresas aumentou 20,3% como consequência do nosso foco estratégico nesses clientes. As mudanças nas taxas de câmbio e a valorização do real em relação a moedas estrangeiras, além da migração de pessoas jurídicas tomadoras de empréstimos nos bancos para o financiamento pelo mercado de capitais, foram as principais causas da diminuição do saldo médio da carteira de crédito de grandes empresas. As mudanças nas taxas de câmbio também tiveram um impacto significativo em nossas atividades no exterior, diminuindo o saldo médio das nossas carteiras de crédito na Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai. A consolidação da Porto Seguro no quarto trimestre também resultou em um aumento de R\$ 303 milhões em nossas transações de crédito em 2009.

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Nosso resultado das operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos aumentou 72,7% em 2009 de R\$ 13.892 milhões em 2008 para R\$ 23.994 milhões em 2009, um aumento de R\$ 10.102 milhões. Esse aumento no resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos reflete principalmente o crescimento do volume médio das operações relacionadas com a consolidação do Unibanco durante todo o exercício de 2009 (versus apenas o quarto trimestre de 2008) e a nossa política de gestão de gaps. Como os lucros da oscilação do câmbio em investimentos no exterior não são tributados, constituímos um hedge (posição passiva em derivativos cambiais) para minimizar nossa exposição total em moeda estrangeira, líquida de efeitos fiscais, consistente com nossa estratégia de baixa exposição a risco.

Receitas financeiras das operações com seguros, previdência e capitalização

Nossas receitas financeiras de seguros, previdência e capitalização aumentaram 97,2% em 2009, de R\$ 2.321 milhões em 2008 para R\$ 4.576 milhões em 2009, um crescimento de R\$ 2.255 milhões. Esse aumento está relacionado principalmente a ampliação das receitas do PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), que é um plano de contribuição definida, e, em menor grau, do VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), e à consolidação das operações do Unibanco ao longo do exercício de 2009.

Resultado de operações de câmbio

Nosso resultado de operações de câmbio diminuiu 99,1% de R\$ 987 milhões em 2008 para R\$ 9 milhões em 2009, uma redução de R\$ 978 milhões. Essa diminuição no resultado de operações de câmbio foi devido principalmente aos menores ganhos de operações de câmbio em consequência da valorização do real em relação a moedas estrangeiras.

Resultado das operações compulsórias

Nosso resultado das operações compulsórias reduziu 51,9% de R\$ 1.332 milhões em 2008 para R\$ 641 milhões em 2009, uma diminuição de R\$ 691 milhões. Essa redução é decorrente principalmente de diminuições nos níveis de depósitos compulsórios exigidos pelo Banco Central como parte da adoção de medidas anticíclicas para administrar a crise financeira internacional por meio do aumento da liquidez do sistema financeiro como um todo. Consequentemente redirecionamos os recursos para créditos que proporcionam maiores retornos.

Despesas da intermediação financeira

A tabela a seguir descreve os principais componentes das nossas despesas da intermediação financeira em 2009 e 2008.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2009	2008	Variação (%)
	(em milhões de R\$)		
Operações de captação no mercado	(26.297)	(26.830)	(2,0)%
Despesas financeiras de provisões técnicas de previdência e capitalização	(3.992)	(1.842)	116,7%
Operações de empréstimos e repasses	<u>(292)</u>	<u>(4.392)</u>	(93,4)%
Total de despesas da intermediação financeira	<u>(30.581)</u>	<u>(33.064)</u>	(7,5)%

Nossas despesas da intermediação financeira diminuíram 7,5% de R\$ 33.064 milhões em 2008 para R\$ 30.581 milhões em 2009, uma redução de R\$ 2.483 milhões.

Despesas de operações de captação no mercado

Nossas despesas de operações de captação no mercado diminuíram 2,0% de R\$ 26.830 milhões em 2008 para R\$ 26.297 milhões em 2009, uma diminuição de R\$ 533 milhões. Essa queda reflete principalmente o impacto das oscilações do câmbio sobre passivos expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados.

Despesas de provisões técnicas para planos de previdência e capitalização

Nossas despesas de provisões técnicas para planos de previdência e capitalização aumentaram 116,7% de R\$ 1.842 milhões em 2008 para R\$ 3.992 milhões em 2009, um aumento de R\$ 2.150 milhões. Esse aumento foi devido principalmente ao significativo crescimento orgânico no saldo médio de contratos de investimento para planos de previdência e, em menor grau, ao aumento do custo das provisões técnicas

Despesas com operações de empréstimos e repasses

Nossas despesas com operações de empréstimos e repasses diminuíram de R\$ 4.392 milhões em 2008 para R\$ 292 milhões em 2009, uma diminuição de R\$ 4.100 milhões. Essa redução está relacionada principalmente à diminuição do saldo médio de empréstimos expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados e à variação cambial do período.

Resultado da intermediação financeira antes dos créditos de liquidação duvidosa

Nosso resultado da intermediação financeira antes dos créditos de liquidação duvidosa aumentou 97,4% de R\$ 23.360 milhões em 2008 para R\$ 46.116 milhões em 2009, um crescimento de R\$ 22.755 milhões, principalmente em razão dos fatores descritos acima em "Receitas da intermediação financeira" e "Despesas da intermediação financeira".

Resultado de créditos de liquidação duvidosa

Nosso resultado de créditos de liquidação duvidosa aumentou 9,4% de R\$ 12.946 milhões em 2008 para R\$ 14.165 milhões em 2009, um aumento de R\$ 1.219 milhões. A tabela a seguir descreve os principais componentes do nosso resultado de créditos de liquidação duvidosa em 2009 e 2008.

Exercício findo em 31 de dezembro

	2009	2008	Varição (%)
	(em milhões de R\$)		
Despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.399)	(14.280)	14,8%
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo.....	<u>2.234</u>	<u>1.334</u>	67,4%
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa....	<u>(14.165)</u>	<u>(12.946)</u>	9,4%

Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nossa despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa aumentou 14,8% de R\$ 14.280 milhões em 2008 para R\$ 16.399 milhões em 2009, um crescimento de R\$ 2.119 milhões. Durante o primeiro semestre de 2009, os efeitos adversos da crise financeira e econômica internacional afetaram diversos setores e resultaram no aumento de risco relacionado com determinadas carteiras de crédito. Os níveis de inadimplência aumentaram para as carteiras de pessoas física e jurídica em geral, refletindo esse contexto adverso. Entretanto, no final do primeiro semestre de 2009, o cenário econômico brasileiro melhorou em decorrência dos pacotes de incentivos fiscais para estimular o consumo e aumentar os níveis de atividade econômica global. Até o final do terceiro trimestre de 2009, havia evidências de que o pior momento do ciclo de crédito para empréstimo ao varejo tinha passado. No final de 2009, também havia evidências de que a qualidade da nossa carteira de crédito tinha melhorado significativamente.

Usamos modelos para calcular provisões adicionais às exigidas pelos regulamentos do Banco Central com base em dados históricos e projeções de cenário econômico. Em 31 de dezembro de 2009, tínhamos provisões no valor de R\$ 6.104 milhões além do exigido pelo Banco Central com base em nossos modelos. Registramos uma receita de R\$ 1.687 milhões em 2009 referente à reversão de provisões anteriores.

Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo

Nossa receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo aumentou 67,5% de R\$ 1.334 milhões em 2008 para R\$ 2.234 milhões em 2009, um aumento de R\$ 900 milhões. A consolidação das operações do Unibanco durante todo o exercício de 2009 e um ambiente econômico mais favorável no segundo semestre de 2009 foram as principais causas desse aumento.

Resultado bruto da intermediação financeira

Nosso resultado bruto da intermediação financeira aumentou 206,8% de R\$ 10.415 milhões em 2008 para R\$ 31.950 milhões em 2009, um crescimento de R\$ 21.535 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de outras receitas (despesas) operacionais em 2009 e 2008.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2009	2008	Varição (%)
	(em milhões de R\$)		
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias ...	15.172	11.204	35,4%
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	2.432	1.307	86,1%
Despesas de pessoal.....	(12.092)	(8.809)	37,3%
Outras despesas administrativas.....	(11.593)	(7.921)	46,4%
Despesas tributárias	(4.238)	(2.336)	81,4%
Resultado de participações em coligadas e outros investimentos...	209	201	4,0%
Outras receitas operacionais	808	789	2,4%
Outras despesas operacionais	<u>(5.292)</u>	<u>(6.728)</u>	(21,3)%
Total de outras receitas (despesas) operacionais	<u>(14.594)</u>	<u>(12.293)</u>	18,7%

Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

Nossas receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias aumentaram 35,4% de R\$ 11.204 milhões em 2008 para R\$ 15.172 milhões em 2009, um aumento de R\$ 3.968 milhões. A consolidação das operações do Unibanco durante todo o exercício de 2009 teve um impacto significativo sobre esse crescimento.

As receitas de prestação de serviços aumentaram 43,4% de R\$ 8.649 milhões em 2008 para R\$ 12.400 milhões em 2009, um aumento de R\$ 3.751 milhões. Esse crescimento está relacionado principalmente ao aumento de R\$ 2.743 milhões ou 90,8% nas receitas de operações de cartão de crédito, que aumentaram de R\$ 3.019 milhões em 2008 para R\$ 5.762 milhões em 2009, devido ao aumento do uso de cartões de crédito como o método de pagamento em operações comerciais e a maior oferta de linhas de crédito ao consumidor, como antecipação de caixa, oferecidas por nós através dos varejistas. As receitas de prestação de serviços incluem receitas de serviços de recebimento, que aumentaram 33,7% de R\$ 901 milhões em 2008 para R\$ 1.205 milhões

em 2009, um crescimento de R\$ 304 milhões. Essa mudança está relacionada com um aumento da nossa atividade operacional em decorrência da consolidação das operações do Unibanco. As receitas de prestação de serviços incluem receitas de administração de ativos, que aumentaram 14,3% de R\$ 1.968 milhões em 2008 para R\$ 2.249 milhões em 2009, um aumento de R\$ 281 milhões. As receitas de administração de ativos sofreram um impacto positivo do aumento de volume de ativos administrados.

A receita de tarifas bancárias aumentou 8,5% de R\$ 2.555 milhões em 2008 para R\$ 2.772 milhões em 2009, um aumento de R\$ 217 milhões. Esse crescimento está relacionado ao aumento de receitas de pacotes de serviços e ao maior volume de operações, e foi parcialmente compensado pelas mudanças feitas na aplicação de tarifas a serviços prioritários segundo política do Banco Central.

Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização

O resultado de operações com seguros, previdência e capitalização aumentou 86,1% de R\$ 1.307 milhões em 2008 para R\$ 2.432 milhões em 2009, um crescimento de R\$ 1.125 milhões. Esse resultado foi afetado principalmente pela consolidação das operações do Unibanco durante todo o exercício de 2009, e pelo aumento do volume de vendas de seguros, planos de previdência e produtos de capitalização.

Despesas de pessoal

Nossas despesas de pessoal aumentaram 37,3% de R\$ 8.809 milhões em 2008 para R\$ 12.092 milhões em 2009, um crescimento de R\$ 3.283 milhões. Esse aumento de despesas de pessoal foi devido principalmente à consolidação das operações do Unibanco durante 2009 e ao impacto da renegociação anual dos acordos trabalhistas coletivos, que aumentaram os salários dos funcionários em 6,0% a partir de setembro de 2009, sobre nossas provisões para férias.

Outras despesas administrativas

Nossas outras despesas administrativas aumentaram 46,4% de R\$ 7.921 milhões em 2008 para R\$ 11.593 milhões em 2009, um aumento de R\$ 3.672 milhões. Esse crescimento de outras despesas administrativas está relacionado principalmente à consolidação das operações do Unibanco durante todo o exercício de 2009 e às despesas relacionadas com nosso crescimento orgânico. Em 2009, o número de agências do Itaú Unibanco subiu de 3.906 em 31 de dezembro de 2008 para 3.936 em 31 de dezembro de 2009, um aumento de 0,8%. Apesar disso, o número de funcionários do Itaú Unibanco diminuiu de aproximadamente 108.000 em dezembro de 2008 para 102.000 em dezembro de 2009.

Despesas tributárias

Nossas despesas tributárias aumentaram 81,4% de R\$ 2.336 milhões em 2008 para R\$ 4.238 milhões em 2009, um aumento de R\$ 1.092 milhões. Esse crescimento de despesas tributárias deveu-se principalmente ao aumento da atividade operacional e à consolidação do Unibanco durante todo o exercício de 2009.

Resultado de participações em coligadas e outros investimentos

Nosso resultado de participações em coligadas e outros investimentos aumentou de R\$ 201 milhões em 2008 para R\$ 209 milhões em 2009, um crescimento de R\$ 8 milhões.

Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais aumentaram de R\$ 789 milhões em 2008 para R\$ 808 milhões em 2009, um aumento de R\$ 19 milhões, relacionado principalmente ao impacto da reversão de provisões operacionais para ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) em 2009 no valor de R\$ 354 milhões.

Outras despesas operacionais

Nossas outras despesas operacionais diminuíram 21,3% de R\$ 6.728 milhões em 2008 para R\$ 5.292 milhões em 2009, uma redução de R\$ 1.436 milhões. Em 2009, alguns eventos ocorridos em 2008 não se repetiram, como a constituição de provisões para despesas de integração relacionadas com a associação, provisão para seguro de saúde com o intuito de cobrir eventuais déficits futuros, uma maior amortização de ágios sobre investimentos fundamentalmente relacionados à associação, e uma maior provisão para contingências fiscais e previdenciárias. Por outro lado, o aumento das nossas operações de cartão de crédito em 2009 aumentou as despesas de comercialização, tais como comissões e prêmios. Da mesma forma, tivemos um aumento nas provisões para contingências cíveis no curso normal dos negócios em 2009.

Resultado operacional

Nosso resultado operacional aumentou de um prejuízo de R\$ 1.879 milhões em 2008 para um lucro de R\$ 17.357 milhões em 2009, uma variação de R\$ 19.236 milhões.

Resultado não operacional

Nossa receita não operacional aumentou 108,7% de R\$ 206 milhões em 2008 para R\$ 430 milhões em 2009, um aumento de R\$ 224 milhões. Esse aumento está basicamente relacionado com vendas de investimentos, como alienação de investimentos na Visa (R\$ 144 milhões), na MasterCard Inc. (R\$ 83 milhões) e na BM&FBOVESPA (R\$ 64 milhões) em 2008, em comparação com a alienação da nossa participação na Visa e Visanet (R\$ 345 milhões) e na Allianz Seguros S.A. (R\$ 25 milhões) em 2009.

Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações no lucro

Nosso resultado antes da tributação sobre o lucro e participações aumentou de R\$ 1.673 milhões em 2008 para R\$ 17.787 milhões em 2009, um crescimento de R\$ 19.460 milhões.

Despesa (benefício) de imposto de renda e contribuição social

A tabela a seguir apresenta os principais componentes da nossa despesa (benefício) de imposto de renda e contribuição social em 2009 em comparação com 2008.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2009	2008	Variação (%)
	(em milhões de R\$)		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	17.787	(1.673)	n.m.
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes	(7.115)	627	n.m.
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de:			
(Inclusões) exclusões permanentes	463	9.223	(95,0)%
Variação cambial de investimentos no exterior	(2.034)	1.281	(258,8)%
Juros sobre o capital próprio	1.478	700	111%
Acréscimos decorrentes da fusão entre Itaú e Unibanco	—	6.131	n.m.
Outros	1.019	1.111	(8,3)%
Despesa (benefício) de imposto de renda e contribuição social.....	(6.652)	9.850	(167,5)%

A despesa (benefício) de imposto de renda e contribuição social do exercício resultou em uma despesa de R\$ 6.652 milhões em 2009 em comparação com um benefício fiscal de R\$ 9.850 milhões em 2008. Os principais fatores que contribuíram para a redução foram: (i) em 2008, tivemos as exclusões da nossa base fiscal de R\$ 6.131 milhões resultantes da associação, que não se repetiu em 2009, e (ii) o impacto dos ganhos e perdas de variação cambial sobre os nossos investimentos no exterior, que resultaram em uma despesa de R\$ 2.034 milhões em 2009, em comparação com um benefício fiscal de R\$ 1.281 milhões em 2008. Esta variação foi parcialmente compensada por um maior benefício fiscal derivado da distribuição de juros sobre o capital próprio (uma forma de dividendo dedutível) de R\$ 1.478 milhões em 2009, um aumento de R\$ 778 milhões em comparação com 2008.

O total do nosso imposto de renda é composto de imposto de renda corrente e imposto diferido. Certos valores de receitas e despesas são reconhecidos em nossa demonstração do resultado, mas não afetam nossa base tributável, e, por outro lado, certos valores são receitas tributáveis ou despesas dedutíveis na determinação da nossa tributação sobre o lucro, mas não afetam nossa demonstração do resultado. Esses itens são conhecidos como “diferenças permanentes”. De acordo com a legislação tributária brasileira, os ganhos e as perdas cambiais sobre nossos investimentos em controladas no exterior não são tributáveis, no caso de ganho, e não são dedutíveis, no caso de perda, e são considerados diferenças permanentes. A partir de uma perspectiva econômica, protegemos nossos investimentos em controladas no exterior usando passivos ou instrumentos derivativos expressos em moedas estrangeiras. Os ganhos e perdas sobre instrumentos derivativos e os ganhos e perdas cambiais sobre passivos expressos em moedas estrangeiras são tributáveis ou dedutíveis de acordo com a legislação tributária brasileira. Em 2009, tivemos uma valorização do real em relação às moedas estrangeiras com as quais operam nossas controladas, o que gerou perdas não dedutíveis para fins fiscais. A valorização do real gerou ganhos tributáveis nos instrumentos derivativos utilizados como hedge econômico e ganhos dedutíveis de variação cambial sobre os passivos também utilizados para fazer o hedge econômico.

Participações no lucro

As participações no lucro aumentaram 91,6% de R\$ 107 milhões em 2008 para R\$ 205 milhões em 2009, um crescimento de R\$ 98 milhões. Esse aumento decorre fundamentalmente da consolidação das operações do Unibanco durante todo o exercício de 2009 em comparação com apenas o quarto trimestre de 2008.

Participação minoritária nas subsidiárias

Os resultados da participação minoritária nas subsidiárias aumentaram de uma despesa de R\$ 266 milhões em 2008 para uma despesa de R\$ 864 milhões em 2009, um aumento de R\$ 598 milhões. Essa variação deveu-se principalmente à consolidação da Redecard a partir do primeiro trimestre de 2009.

- b) *Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços*
- c) *Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro*

Não houve variações significativas no resultado atribuíveis a modificação de preços de nossos principais insumos e produtos, taxas de câmbio e inflação para os períodos considerados (2010, 2009 e 2008).

O risco de mercado é possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (“commodities”).

O gap estrutural, composto por operações comerciais e os respectivos instrumentos financeiros associados, tem se mantido, historicamente, estável e com pequenas oscilações por ser composto principalmente pelos ativos e passivos de nossas atividades de varejo e derivativos usados como hedge contra o risco de mercado dessas operações.

O Value at Risk (VaR) do consolidado manteve-se em patamares menores ao longo do ano de 2010 na comparação com o período anterior, o que pode ser verificado no VaR Global Médio, decorrente principalmente das incertezas do mercado internacional no período e de seu impacto nos mercados internos e continua em níveis reduzidos decorrente de uma gestão conservadora e a uma eficiente e significativa diversificação do portfólio. Isso permite que as áreas de negócio mantenham uma exposição total ao risco de mercado reduzido quando comparada ao seu Capital.

Adicionalmente, adotamos uma estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior que tem como objetivo de não permitir impactos no resultado decorrentes de variação cambial. Para alcançarmos essa finalidade, o risco cambial é neutralizado por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Nossa estratégia de hedge considera ainda todos os efeitos fiscais incidentes: quer os relativos à não tributação ou dedutibilidade da variação cambial em momentos de apreciação ou depreciação, respectivamente, do real ante as moedas estrangeiras, quer os decorrentes dos instrumentos financeiros derivativos utilizados.

Nos períodos em que a variação da paridade entre o real e as moedas estrangeiras é expressiva, verifica-se significativo impacto nas receitas e despesas financeiras.

A Margem Financeira com o Mercado, advinda da atividade de negociação de ativos financeiros via posições proprietárias, da atividade de gestão de gaps de moedas, taxas e demais fatores de riscos, de oportunidades de arbitragens nos mercados externo e doméstico e de marcação a mercado (mark to market) de ativos financeiros, totalizou R\$ 4.029 milhões em 2010, R\$ 5.621 milhões em 2009 e R\$ 1.587 milhões em 2008. A redução de 28,3% da margem financeira com o mercado de 2010 em relação a 2009 foi provocada pelo menor resultado em posições cambiais e de renda variável.

No ano de 2009, observamos um acréscimo de R\$ 4.034 milhões em relação ao ano anterior, basicamente pelo desempenho favorável da tesouraria, em função do aproveitamento das oportunidades de mercado em um ambiente de maior volatilidade.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II, os instrumentos financeiros do ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A., incluídas todas as operações com derivativos, são segregados em Carteira de Negociação (Trading) e Carteira Estrutural (Banking).

As análises de sensibilidades, demonstradas abaixo, não prevêem a dinâmica de funcionamento das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação de exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela instituição.

A Carteira Trading consiste em todas as operações, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos financeiros desta estratégia. São operações destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou realização de arbitragens. Esta carteira tem limites rígidos definidos pelas áreas de risco e é diariamente controlada.

Carteira Trading	Exposições	31/12/2010 (*)			31/12/2009 (*)		
		Cenários			Cenários		
		I	II	III	I	II	III
Fatores de Risco	Risco de Variação em:						
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(1)	(20)	(40)	(1)	(447)	(877)
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	0	(2)	(4)	0	(1)	(1)
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	(1)	(28)	(55)	(1)	(29)	(57)
Índices de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(0)	(3)	(6)	(0)	(6)	(11)
TJLP	Taxa do cupom de TJLP	0	(9)	(18)	0	(0)	(0)
TR	Taxa do cupom de TR	(0)	(0)	(0)	2	(73)	(99)
Renda Variável	Preço de ações	4	(101)	(201)	7	(108)	(217)
Total sem correlação			(162)	(325)		(663)	(1.262)
Total com correlação			(108)	(215)		(432)	(822)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

A Carteira Banking abriga as operações que não se enquadram no conceito de Carteira Trading e são, tipicamente, operações estruturais das linhas de negócio da instituição e seus respectivos hedges, que podem ou não ser realizados com instrumentos financeiros derivativos. Portanto, os derivativos desta carteira não são utilizados para fins especulativos, não gerando riscos econômicos relevantes para a instituição.

Carteira Trading e Banking	Exposições	31/12/2010 (*)			31/12/2009 (*)		
		Cenários			Cenários		
		I	II	III	I	II	III
Fatores de Risco	Risco de Variação em:						
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(4)	(91)	(181)	(4)	(1.620)	(3.112)
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(2)	(45)	(90)	2	(12)	(47)
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	2	(53)	(105)	(0)	(4)	(8)
Índices de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(1)	(14)	(29)	(0)	(2)	(1)
TJLP	Taxa do cupom de TJLP	(1)	(31)	(60)	(0)	(28)	(56)
TR	Taxa do cupom de TR	(0)	(0)	(0)	4	(107)	(117)
Renda Variável	Preço de ações	4	(110)	(219)	15	(222)	(444)
Total sem correlação			(344)	(684)		(1.995)	(3.786)
Total com correlação			(228)	(453)		(1.299)	(2.465)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Em cumprimento à Instrução Normativa CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, o Itaú Unibanco Holding realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes aos quais o conglomerado estava exposto (Nota 7j). Cada fator de risco de mercado foi sensibilizado com aplicações de choques em mais ou menos 25% (cenário II) e de mais ou menos 50%, (cenário III) e as maiores perdas resultantes, por fator de risco, em cada um dos cenários foram apresentadas com impacto no resultado, líquido de efeitos fiscais, fornecendo uma visão da exposição do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em derivativos em cenários excepcionais.

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto básico nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e commodities e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações que tem como base as informações divulgadas pelo mercado (BM&F BOVESPA, Anbima, etc);

Cenário II: Aplicação de choques de mais e menos 25% na carteira de 31/12/2010, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Aplicação de choques de mais e menos 50% na carteira de 31/12/2010, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

O resultado da análise de sensibilidade, com efeito de correlação entre os fatores de risco presentes na carteira trading e líquido de efeitos fiscais, aponta uma sensibilidade da marcação a mercado de R\$ 108 milhões e R\$ 215 milhões para os cenários com variações de 25% e 50%, respectivamente. Na carteira consolidada (trading + banking), a sensibilidade é de R\$ 228 milhões e R\$ 453 milhões para os cenários com variações de 25% e 50%, respectivamente.

O Balanço Patrimonial por Moedas evidencia os saldos patrimoniais vinculados à moeda nacional e às moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2010, a posição cambial líquida, incluindo investimentos no exterior, é passiva, totalizando US\$ 9.335 milhões. Deve-se salientar que a política de gestão de gaps que adotamos é efetuada considerando os efeitos fiscais sobre essa posição. Como o resultado de variação cambial sobre o investimento no exterior não é tributado, constituímos um hedge (posição passiva em derivativos cambiais) de maior volume do que o ativo protegido, de forma que o resultado da exposição cambial total, líquido dos efeitos fiscais, é praticamente nulo e condizente com a estratégia de baixa exposição ao risco adotada por nós.

Ativo	Consolidado Itaú Unibanco	31/dez/10			Negócios no Exterior Itaú Unibanco
		Negócios no Brasil			
		Total	Moeda Local	Moeda Estrangeira	
Disponibilidades	10.493	5.774	5.339	434	4.407
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	85.926	78.126	77.063	1.063	10.375
Títulos e Valores Mobiliários	188.853	163.001	162.678	324	41.465
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	297.102 (22.292)	264.531 (21.536)	257.233 (21.536)	7.297 0	43.998 (756)
Outros Ativos	184.520	174.904	164.639	10.265	28.339
Carteira de Câmbio	21.593	17.035	7.242	9.793	23.253
Outros	162.927	157.869	157.397	472	5.086
Permanente	10.512	30.491	9.199	21.292	1.313
Total do Ativo	755.112	695.290	654.615	40.675	129.142
Derivativos – posição comprada				61.587	
Futuros				18.785	
Opções				5.750	
Swap				17.259	
Outros				19.793	
Total do Ativo Ajustado (a)				102.262	

Passivo	Consolidado Itaú Unibanco	31/dez/10			Negócios no Exterior Itaú Unibanco
		Negócios no Brasil			
		Total	Moeda Local	Moeda Estrangeira	
Depósitos	202.738	166.555	166.367	188	36.947
Captações no Mercado Aberto	199.641	184.055	184.055	0	15.586
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	25.609	30.920	15.583	15.337	9.816
Obrigações por Empréstimos e Repasses	47.412	49.234	33.981	15.253	11.518
Relações Interdependências e Interfinanceiras	4.055	3.950	2.329	1.621	106
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.705	3.983	3.983	0	1.994
Outras Obrigações	143.379	130.753	120.169	10.584	31.812
Carteira de Câmbio	22.035	17.465	7.344	10.122	23.265
Outras	121.344	113.288	112.825	462	8.548
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	61.365	61.356	60.706	650	9
Resultados de Exercícios Futuros	599	533	533	0	62
Participações Minoritárias nas Subordinadas	3.731	3.073	3.073	0	0
Patrimônio Líquido da Controladora	60.879	60.879	60.879	0	21.292
Capital Social e Reservas	47.556	47.556	47.556	0	19.670
Resultado do Período	13.323	13.323	13.323	0	1.622
Total do Passivo	755.112	695.290	651.657	43.633	129.142
Derivativos – posição vendida				74.216	
Futuros				25.196	
Opções				10.641	
Swap				25.252	
Outros				13.127	
Total do Passivo Ajustado (b)				117.849	
Posição Cambial Líquida Itaú Unibanco (c = a - b)				(15.587)	
Posição Cambial Líquida Itaú Unibanco (c) em US\$				(9.355)	

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Os segmentos operacionais do Itaú Unibanco são os seguintes:

- Banco Comercial, que tem os resultados obtidos a partir da oferta de produtos financeiros e prestação de serviços bancários à base de clientes de varejo (pessoas físicas e microempresas), clientes de alta renda, com patrimônio expressivo (private bank), bem como às pequenas e médias empresas;
- Itaú BBA, que é responsável pelas operações bancárias com grandes empresas e pela atuação como banco de investimento;
- Crédito ao Consumidor, que apresenta o resultado dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes não correntistas;
- Tesouraria + Corporação, que representa a margem financeira com o mercado, os custos associados às operações de tesouraria, os resultados associados ao excesso de capital, ao excesso de dívida subordinada, ao carregamento do saldo líquido dos créditos e débitos tributários, à reversão de provisão adicional para créditos de liquidação duvidosa, ao resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos bem como o ajuste referente às participações minoritárias nas subsidiárias.

O Itaú Unibanco não introduziu ou alienou segmento operacional nos anos de 2010, 2009 ou 2008.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

2010

Não há operações materiais a reportar.

2009

Prorrogação do acordo com Magazine Luiza

O Magazine Luiza e o Itaú Unibanco concluíram, em 27 de novembro, negociação referente à extensão do prazo da exclusividade até 31 de dezembro de 2029. A associação contempla a distribuição de produtos de crédito pela Luizacred, financeira detida em iguais proporções pelo Magazine Luiza e pelo Itaú Unibanco, em todas as lojas físicas e virtuais detidas ou operadas pelo Magazine Luiza, direta ou indiretamente, bem como centrais de atendimento telefônico, internet, *mailing* ou quaisquer outros pontos ou formas de contato entre o Magazine Luiza e seus clientes. O valor da transação foi de R\$ 250 milhões.

Alienação da Unibanco Saúde Seguradora para a Tempo Participações

O Itaú Unibanco, Itaú Seguros e uma sociedade controlada pela Tempo Participações, firmaram, em 16 de dezembro, Contrato de Compra e Venda de Ações visando à transferência da totalidade do capital social da Unibanco Saúde Seguradora detida pelo Itaú Unibanco e pela Itaú Seguros. Com a realização dessa operação, buscamos ampliar o foco estratégico de nossa atividade seguradora, concentrando nossa operação nos segmentos em que ocupamos posições de liderança. O valor da transação foi de R\$ 55 milhões. O Contrato de Compra e Venda de Ações assinado prevê ainda que, em função do desempenho futuro da operação da Unibanco Saúde Seguradora nos doze meses seguintes ao fechamento da operação, o Itaú Unibanco faça jus a um pagamento adicional de até R\$ 45 milhões. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a operação em 1º de abril de 2010. O fechamento da operação ocorreu em 29 de abril de 2010.

Alteração do acordo de associação da FIC

A Companhia Brasileira de Distribuição (CBD) e o Itaú Unibanco concluíram, em 28 de agosto, negociação referente à empresa Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (FIC). O acordo que deu origem à FIC foi alterado, retirando-se a obrigação de exclusividade do Itaú Unibanco (obrigação de não manter parcerias semelhantes com concorrentes da CBD). Em contrapartida, o Itaú Unibanco pagou ao Grupo Pão de Açúcar o montante de R\$ 550 milhões. Na mesma ocasião, foi estendida, pelo prazo adicional de cinco anos, a exclusividade para a oferta de produtos e serviços financeiros concedida pela CBD à FIC, razão pela qual o Itaú Unibanco pagou R\$ 50 milhões ao Grupo Pão de Açúcar.

Associação com Porto Seguro

Em 23 de agosto, o Itaú Unibanco e a Porto Seguro celebraram associação visando unificar suas operações de seguros residenciais e de automóveis. Com essa operação, milhões de clientes da Porto Seguro e do Itaú Unibanco passaram a contar com o que há de mais completo no mercado brasileiro de seguros, em especial, com uma extensa rede de Corretores de Seguros que podem oferecer uma gama diversificada de produtos e serviços através das diversas empresas que passam a compor o grupo, ampliando suas possibilidades de escolha.

A partir desta associação a empresa adquire maior solidez financeira, ocupando posição de liderança em seguros nos ramos de automóvel e residência, com 3,4 milhões de automóveis e 1,2 milhão de imóveis segurados na época em que foi firmada a associação, reforçando nossa estratégia de liderança na maioria dos mercados em que atuamos. Além disso, a associação possibilita a obtenção de ganhos de escala e sinergias de custos, bem como traz maior presença geográfica. Para tanto, foi assinado um acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, de produtos securitários residenciais e de automóveis aos clientes da rede Itaú Unibanco, no Brasil e no Uruguai.

A totalidade de ativos e passivos relacionados à carteira de seguros residenciais e de automóveis do Itaú Unibanco existentes na época foi transferida para uma nova companhia, a Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. Essa companhia passou a ser gerida pela Porto Seguro e os executivos e colaboradores do Itaú Unibanco que atuavam na área de seguros de automóvel e residência foram alocados na nova empresa, ampliando a expertise e a qualidade na gestão de seguros. Em contrapartida, a Porto Seguro emitiu ações representativas de 30% de seu novo capital social, as quais foram entregues ao Itaú Unibanco e aportadas na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., nova sociedade *holding* controladora da Porto Seguro, de forma que o Itaú Unibanco passou a deter participação minoritária correspondente a aproximadamente 43% do capital social da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.

Redecard

Em 30 de março, o Itaú Unibanco adquiriu 24.082.760 ações ordinárias nominativas da Redecard S.A. pelo valor de R\$ 590 milhões, apurando um ágio de R\$ 557 milhões que, líquido de impostos, totalizou R\$ 506 milhões, amortizado integralmente nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Em função desta operação, o Itaú Unibanco passou a deter o controle acionário da Redecard S.A., que passou a ser consolidada integralmente nas Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco a partir do 1º trimestre de 2009.

2008

Participação Remanescente Itaú BBA

Em 29 de dezembro, Itaú Unibanco S.A. adquiriu a participação remanescente de 4,25% do total das ações do Banco Itaú BBA S.A. detidas por determinados executivos e empregados do Banco Itaú BBA S.A. Atualmente, o Itaú Unibanco Holding detém aproximadamente 100% do capital social do Banco Itaú BBA S.A.

Operação com a American International Group, Inc. – AIG

Em 26 de novembro, o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. celebrou acordo com o American International Group, Inc. - AIG, por meio do qual as partes efetuaram a destroca das participações acionárias que ambos os grupos detinham em sociedades seguradoras brasileiras, da seguinte forma (i) o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. adquiriu, pelo valor de US\$820 milhões, a participação detida pelo American International Group, Inc. - AIG na Unibanco AIG Seguros S.A. (cuja denominação foi alterada posteriormente para Unibanco Seguros S.A.) e (ii) a American International Group, Inc. - AIG adquiriu, pelo valor de US\$15 milhões, a participação detida pelo Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. na AIG Brasil Companhia de Seguros. Com a finalização dessa operação, o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., passou a deter 100% do capital social da Unibanco AIG Seguros S.A., que por sua vez detinha 100% do capital social da Unibanco AIG Vida e Previdência S.A. (atualmente denominada “Itaú Vida e Previdência S.A.”) e Unibanco AIG Saúde Seguradora S.A. (cuja denominação foi alterada para “Unibanco Saúde Seguradora S.A.”).

Parceria Marisa

O Itaú Unibanco celebrou em 4 de dezembro acordo operacional com a Marisa S.A. para a criação de um novo cartão de crédito *co-branded*, pelo prazo de 10 anos. A Marisa é a maior rede de lojas especializada em

moda feminina do Brasil, possuindo, em 30 de setembro de 2008, 207 lojas no País e mais de 8 milhões de cartões próprios (*private label*). O valor do investimento nesta parceria aproxima-se a R\$ 120 milhões.

Criação do Itaú Unibanco

No dia 3 de novembro, os então controladores do Itaú e do Unibanco assinaram contrato de associação para a unificação das operações financeiras dos dois bancos, sendo aprovada pelo Banco Central do Brasil em 18 de fevereiro de 2009. Foi o início formal da construção do maior conglomerado financeiro privado do Hemisfério Sul, com valor de mercado que o situou entre as 20 maiores instituições financeiras do mundo.

Trata-se de uma instituição financeira com plena capacidade de participar do novo cenário competitivo global. O resultado dessa associação é um banco de capital nacional, com o compromisso, a solidez, a vocação e a capacidade econômica para se transformar num parceiro vital para o desenvolvimento das empresas brasileiras, aqui e no exterior. Com forte presença internacional – já cobrindo com suas operações de banco comercial todos os países do Mercosul –, a instituição terá a agilidade necessária para aumentar a presença do Brasil no cenário internacional.

O Itaú Unibanco consolida-se em um cenário que encontra o Brasil e o seu sistema financeiro em situação privilegiada, com enormes possibilidades de melhorar ainda mais a sua posição relativa no cenário global. Nessa etapa de crescimento sustentável do País ganha importância movimentos, como este, de fortalecimento das grandes empresas nacionais, a exemplo do que vem ocorrendo em outros setores da economia, ampliando continuamente a capacidade competitiva.

Amadurecido ao longo de 15 meses de diálogo, o Itaú Unibanco nasceu a partir de uma forte identidade de valores e visão convergente de futuro. Por isso, os controladores da Itaúsa e Unibanco decidiram constituir a *holding* IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A. com modelo de governança compartilhada.

O conglomerado resultante da associação apresenta escala, *expertise* e forte base de capital, que o capacitam a reforçar sensivelmente a oferta de crédito ao mercado, correspondendo às expectativas de saudável e vigorosa resposta às demandas de empresas e pessoas físicas.

Aquisição de participação no Banco Itaú Europa

Em novembro, a Itaúsa transferiu para o Itaú Unibanco a participação societária por ela detida no Banco Itaú Europa S.A., pelo valor aproximado de R\$ 1.137 milhões, sendo R\$ 550 milhões através da emissão de ações ordinárias do Itaú Unibanco e R\$ 587 milhões em espécie.

c) *Eventos ou operações não usuais*

Nos anos de 2010, 2009 e 2008 observamos a ocorrência dos seguintes eventos não recorrentes líquidos de efeitos fiscais no lucro líquido consolidado do Itaú Unibanco:

	R\$ milhões		
	ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO		
	01/01 a 31/12/2010	01/01 a 31/12/2009	01/01 a 31/12/2008
Alienações de Investimentos	-	228	233
Visa Inc. e Visa Net	-	212	-
Allianz	-	16	-
BM&F Bovespa	-	-	42
Visa, Inc.	-	-	95
Mastercard, Inc.	-	-	55
Banco de Fomento de Angola (Investimento que era detido pelo BPI)	-	-	40
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei 11.941/09	145	292	-
Associação Itaú Unibanco x CBD	-	(363)	-
Provisão para Contingências - Planos Econômicos	(467)	(191)	(174)
Provisão para Contingências - Fiscais e Previdenciárias	(380)	-	-
Alienação e Ajuste a Mercado das Ações do Banco Comercial Português, S.A. detidas pelo BPI	-	-	(29)
Amortização de Ágios (*)	-	(390)	(223)
Efeitos da Adoção da Lei nº 11.638	-	-	(136)
Remuneração Baseada em Ações	-	-	(102)
Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-	(34)
Efeito Decorrente da Associação - ITAÚ UNIBANCO	-	-	5.183
Resultado de Equivalência Não Operacional	-	-	18.031
Amortização de Ágios	-	-	(12.848)
Provisão para Gastos com a Integração - ITAÚ UNIBANCO	-	-	(888)
Equalização de Critérios ITAÚ UNIBANCO	-	-	(1.414)
Provisão não Técnica de Seguro Saúde	-	-	(350)
Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	-	-	(193)
PDD - Ajuste ao mínimo requerido pela Resolução nº 2.682	-	-	(216)
Provisões para Passivos Contingentes e Obrigações Legais	-	-	(262)
Outras	-	-	(393)
PDD Adicional	1.038	-	(3.089)
Benefícios a Empregados	(35)	-	-
Outros Eventos não Recorrentes	-	-	(30)
Total	300	(424)	(567)

(*) Refere-se basicamente à operação da REDECARD.

10.4. Os diretores devem comentar:

a) *Mudanças significativas nas práticas contábeis*

2010

As práticas contábeis em relação a benefícios a empregados, a partir de 2010, passaram a ser reconhecidas considerando a Deliberação no. 600, de 07/10/2009 da CVM.

2009

Não houve alterações relevantes em práticas contábeis da Companhia.

2008

Em 28/12/2007 foi sancionada a Lei nº 11.638 que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e da Lei nº 6.385, de 07/12/1976 sobre práticas contábeis, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

Apresentamos a seguir as principais alterações promovidas nas práticas contábeis:

- O Ativo Imobilizado passou a incluir os bens decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens e o Ativo Diferido passou a incluir as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação. Desta forma, as benfeitorias em imóveis de terceiros e os softwares adquiridos foram reclassificados do Ativo Diferido para o Ativo Imobilizado e Intangível, respectivamente, inclusive para efeito de comparabilidade.

- Avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 3.566, de 29/05/2008, do CMN. Não houve indicação de perdas na avaliação efetuada pela administração ao término de cada exercício.
- Criação do subgrupo “Intangível” no Ativo Permanente para classificar os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. Desta forma, os direitos por aquisição das folhas de pagamento e a aquisição da carteira de clientes e os softwares foram reclassificados dos subgrupos Despesas Antecipadas e Ativo Diferido, respectivamente, inclusive para efeito de comparabilidade.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Apresentamos a seguir os efeitos significativos promovidos nas práticas contábeis:

- Divulgação da Demonstração do Fluxo de Caixa em substituição à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e da Demonstração do Valor Adicionado como partes integrantes do conjunto das demonstrações contábeis requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. O ITAÚ UNIBANCO já divulgava voluntariamente essas demonstrações.
- Operações de Arrendamento Mercantil: O Unibanco tem operações de arrendamento mercantil financeiro como arrendatário. De acordo com a Deliberação nº 554, de 12/11/2008, da CVM, o bem foi ativado, reconhecendo-se o passivo financeiro correspondente. Os ajustes da operação foram reconhecidos em Lucros Acumulados e no Resultado de 2008, líquidos dos impostos diferidos.
- Pagamento Baseado em Ações: Em atendimento à Deliberação nº 562, de 17/12/2008, da CVM, passou-se a reconhecer o valor justo das opções outorgadas aos administradores, proporcionalmente ao período de carência, como despesas de Pessoal, tendo como contrapartida a conta de Reservas de Capital. Os efeitos relativos aos exercícios anteriores decorrentes da aplicação do procedimento acima foi registrado em Reservas de Lucros.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalva e ênfase nos pareceres do auditor para os anos de 2008, 2009 e 2010.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Geral

Nossas principais políticas contábeis estão descritas na Nota 4 de nossas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil referentes às datas base e aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008. A elaboração de demonstrações financeiras envolve certas premissas derivadas das experiência histórica e de vários outros fatores que consideramos razoáveis e relevantes. Embora analisemos essas estimativas e premissas no curso normal dos negócios, a apresentação de nossa situação financeira e resultados operacionais muitas vezes exigem que nossa administração faça julgamentos sobre assuntos que são incertos por natureza. A discussão a seguir descreve as áreas que requerem mais julgamento ou envolvem um grau mais elevado de complexidade na aplicação das políticas contábeis que afetam, no momento, nossa situação financeira e resultado operacional.

Uso de Estimativas e Premissas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos e passivos, e a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, bem como os valores de receitas e despesas durante os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As estimativas e premissas são utilizadas, por exemplo, para o cálculo das provisões para créditos de liquidação duvidosa, para

a seleção da vida útil de certos ativos, para a determinação de se um ativo específico ou um grupo de ativos sofreu redução de valor recuperável, para a determinação da expectativa de realização dos créditos tributários, para a determinação do valor de mercado de certos instrumentos financeiros, para a classificação e cálculo de passivos contingentes e para a determinação do valor das provisões técnicas de seguros, previdência privada e capitalização. As estimativas contábeis realizadas nesses contextos requerem que a administração adote premissas sobre questões que envolvem algo grau de incerteza. Em todos os casos, se a administração tiver feito outras estimativas, ou se ocorrerem alterações nessas estimativas de um período para outro, elas poderão ter impacto significativo em nossa situação financeira e nos resultados operacionais. Consequentemente, os resultados reais podem diferir de nossas estimativas.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa representa nossa estimativa de perdas prováveis em nossa carteira de crédito e arrendamento mercantil ao final de cada período apresentado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada levando em consideração a classificação dos créditos de liquidação duvidosa em um dos nove diferentes níveis de risco (de AA a H). A classificação dos níveis de risco é um julgamento que considera a situação política e econômica, as tendências na qualidade do crédito, a experiência passada e os riscos globais e específicos da carteira, bem como as diretrizes do Banco Central e da CMN. As regras do CMN especificam uma provisão mínima para créditos de liquidação duvidosa e outros tipos de crédito em cada categoria da classificação que vai de zero por cento (no caso de um crédito que não esteja em atraso) a 100% (em caso de qualquer crédito que esteja com mais de 180 dias de atraso). Além de reconhecer as provisões para créditos de liquidação duvidosa de acordo com as exigências mínimas do CMN, também reconhecemos uma provisão que identificamos como “genérica”, que representa a nossa estimativa da provisão em uma determinada data com base em nossa experiência de perda, de acordo com informações históricas, que, desde 31 de dezembro de 2010, é mensurado com a utilização de modelos empregados na gestão do risco de crédito, fundamentados no Acordo da Basileia II. A partir de 31 de dezembro de 2008, também reconhecemos uma “provisão adicional”, que representa um ajuste à nossa provisão genérica, considerando o cenário econômico. Em 31 de dezembro de 2009 e nos três primeiros trimestres de 2010, incluímos na “provisão adicional” provisões anticíclicas. A partir de 31 de dezembro de 2010, aprimoramos os critérios de apuração da provisão para créditos, segundo o Acordo da Basileia III, onde os efeitos anticíclicos passaram a ser tratados na Base do Capital.

As metodologias para calcular a provisão genérica dependem de vários critérios, inclusive aqueles utilizados para segmentar a nossa carteira de empréstimo, o período utilizado para mensurar nossas perdas históricas, o método específico utilizado para medir essas perdas históricas, o impacto de nossos critérios de concessão de crédito sobre as perdas ao longo do tempo e outros fatores. Além disso, as metodologias utilizadas para medir a provisão adicional também dependem de julgamentos significativos, inclusive do relacionamento entre o nível de perdas de créditos observadas e os fatores econômicos de qualquer data específica.

Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas específicas do Banco Central, registramos alguns de nossos instrumentos financeiros pelo valor de mercado. Os instrumentos financeiros registrados pelo valor de mercado em nosso balanço patrimonial incluem principalmente títulos e valores mobiliários classificados como: para negociação, disponíveis para venda e outros ativos para negociação, inclusive derivativos. Os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento são registrados no balanço patrimonial pelos seus custos amortizados, e os seus correspondentes valores de mercado são divulgados nas notas explicativas às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

O valor de mercado é definido como o valor pelo qual uma posição pode ser fechada ou vendida em uma operação com uma parte interessada e bem informada. Estimamos o valor de mercado utilizando preços cotados no mercado, quando disponíveis. Quando preços cotados no mercado não estão disponíveis, utilizamos diversas fontes, que incluem cotações de corretoras, modelos de precificação e preços cotados no mercado de instrumentos com características similares ou fluxos de caixa descontados. O valor de mercado de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Da mesma forma, o julgamento precisa ser aplicado na estimativa de preço, quando não existirem parâmetros externos. Outros fatores que podem afetar as estimativas incluem premissas incorretas do modelo e correlações inesperadas. Apesar de acreditarmos que nossos métodos de avaliação são apropriados e compatíveis com os dos outros participantes do mercado, o uso de diferentes metodologias e premissas para determinar o valor de mercado de certos instrumentos poderia resultar em uma estimativa diferente do valor de mercado na data de fechamento, a qual poderia afetar o valor da receita ou perda registrada para um ativo ou passivo específico. Também são necessários julgamentos para determinar se um declínio no valor de mercado abaixo dos custos amortizados é permanente nos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, exigindo, portanto, que a base do custo seja baixada e o reconhecimento dos respectivos efeitos seja feito no resultado operacional. Os fatores utilizados pela nossa administração para determinar se um

declínio é permanente incluem principalmente o período de perda observado, o nível de perda e a expectativa, na data da análise, a respeito do potencial de realização do título ou valor mobiliário.

Passivo Contingente

Atualmente, somos parte em processos civis, trabalhistas e previdenciários resultantes do curso normal dos nossos negócios. Em geral, reconhecemos provisões para essas contingências com base no seguinte: (i) no caso de processos avaliados individualmente, na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e na probabilidade de que recursos financeiros sejam necessários para liquidar a reivindicação, quando os valores de liquidação podem ser estimados com certeza suficiente, e (ii) no caso de processos avaliados coletivamente, pelo uso de referências estatísticas por grupo de ações judiciais, tipo de órgão jurídico (juizado especial cível ou tribunais normais) e pelo autor da ação. Classificamos como "provável", "possível" ou "remoto" o risco de que tais contingências provenientes dessas ações se converterão em perdas reais para nós. As provisões são reconhecidas como passivo contingente quando classificamos a perda referente a essas ações como provável. Apesar de não reconhecermos provisões para contingências cujo risco consideramos possível ou remoto, divulgamos contingências cujo risco consideramos possível. Mensuramos os valores de contingência utilizando modelos e critérios que, apesar da incerteza dos termos e valores dessas contingências, acreditamos que os seus valores estejam estimados de forma precisa. Apesar de acreditarmos que essas contingências estão adequadamente refletidas em nossas demonstrações financeiras, os seus desfechos podem resultar em obrigações de pagamentos de valores superiores os valores totais das nossas provisões para contingências, devido às dificuldades inerentes para estimar os valores exatos envolvidos nas ações judiciais movidas contra nós.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração do Itaú Unibanco Holding S.A. é responsável por estabelecer e manter Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas da companhia.

O controle interno relacionado às demonstrações contábeis é um processo desenvolvido para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações contábeis divulgadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis incluem as políticas e procedimentos que: (i) se relacionam à manutenção dos registros que, em detalhe razoável, reflete precisa e adequadamente as transações e baixas dos ativos da companhia; (ii) fornecem conforto razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os recebimentos e pagamentos da companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações contábeis podem não evitar ou detectar erros. Portanto, mesmo os sistemas determinados a serem efetivos podem apenas fornecer conforto razoável a respeito da elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Da mesma forma, projeções de qualquer avaliação sobre sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou ocorrer deterioração no nível de conformidade com as práticas ou procedimentos.

A Administração avaliou a efetividade dos Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas da companhia para 31 de dezembro de 2010 de acordo com os critérios definidos pelo COSO – Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission in Internal Control – Integrated Framework. A avaliação da Administração incluiu documentação, avaliação e teste do desenho e da efetividade dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que, para 31 de dezembro de 2010, os Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas são efetivos.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

No relatório do auditor independente, não observamos deficiências e recomendações sobre os controles internos que apresente risco de falha ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

No entanto, cabe destacar a maneira como o Itaú Unibanco executa o monitoramento dos apontamentos e planos de ação. As deficiências e recomendações das auditorias (interna e externa) são monitoradas mensalmente pelas Áreas Executivas, por meio de comitês multidisciplinares e com a presença de representantes da Auditoria Interna e de Risco Operacional.

Adicionalmente, os resultados deste monitoramento são reportados de forma periódica ao Comitê Executivo da Instituição, bem como ao Comitê de Auditoria.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) *Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados*

Não se aplica.

b) *Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição*

Não houve.

c) *Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios*

Não houve.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) *Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:*

I - Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

II - Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

De acordo com a Resolução 3.809, de 28/10/2009, o montante das operações de vendas ou transferências de ativos financeiros onde a entidade reteve substancialmente os riscos e benefícios é de R\$ 35 milhões composto exclusivamente por operações de crédito e recebíveis cedidos com coobrigação.

III - Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

IV - Contratos de construção não terminada

Não se aplica.

V - Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b) *Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras*

Não se aplica.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) *Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor*

A organização constituiu provisão sobre os valores cedidos no montante de R\$ 22 milhões.

b) *Natureza e o propósito da operação*

Crédito Imobiliário: cedido à CIBRASEC para emissão de CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários) no montante de R\$ 13 milhões.

Crédito Rural: cedido ao Secretaria do Tesouro Nacional para securitização de dívidas no montante de R\$ 22 milhões.

c) *Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação*

A Natureza foi informada no item "b". O compromisso da organização é honrar o pagamento no caso de inadimplência do devedor.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) *Investimentos, incluindo:*

I - Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

II - Fontes de financiamento dos investimentos

III - Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

O Itaú Unibanco prevê para 2011 a abertura de aproximadamente 150 agências, simultaneamente com abertura de novas plataformas de pequena empresa.

O Itaú Unibanco concluiu em 24 de outubro de 2010, antes de completar dois anos de fusão, a integração de toda a base de pontos de atendimento pelo Brasil. No total, 998 agências e 245 PABs (postos de atendimento bancário) do Unibanco foram totalmente reformados e integrados aos pontos do Itaú, encerrando o ano de 2010 com 3.967 agências, 944 postos de atendimento bancário (PAB) e 29.301 caixas eletrônicos, totalizando mais de 34 mil pontos de atendimento.

A fonte de financiamento para esses investimentos é o Capital de Giro próprio, representado pelo Patrimônio Líquido da Controladora e pelas Participações Minoritárias nas Subsidiárias.

b) *Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor*

Não se aplica.

Nós estamos sempre considerando opções de expansão de nossas operações no mercado financeiro. Caso oportunidades surjam, mesmo a preços atraentes, elas serão rigorosamente avaliadas considerando os riscos envolvidos e as perspectivas do país envolvido.

c) *Novos produtos e serviços, indicando:*

I - Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

II - Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

III - Projetos em desenvolvimento já divulgados

IV - Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional já foram comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO II

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DE LUCROS, CONTENDO AS INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO 9-I-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481

Destinação do Lucro Líquido

Propõe-se que o lucro líquido do exercício constante das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 10.272.015.528,35, somado a R\$ 357.931.000,00 referente à realização de reserva de lucro a realizar constituída em 31 de dezembro de 2008, seja destinado conforme segue: (a) R\$ 513.600.776,42 à Reserva Legal; (b) R\$ 5.633.795.439,86 às reservas estatutárias, sendo R\$ 754.588.063,90 à Reserva para Equalização de Dividendos, R\$ 1.951.682.950,38 à Reserva para Reforço do Capital de Giro e R\$ 2.927.524.425,58 à Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas; e (c) R\$ 4.482.550.312,07 ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, conforme faculdade prevista no Artigo 9º da Lei n.º 9.249/95.

Informamos que todos os dados apresentados, exceto quando informado de outra forma, referem-se aos dados individuais do Itaú Unibanco Holding S.A.

Ressalta-se ainda que os valores mencionados no item "c" já foram declarados pelo Conselho de Administração e pagos aos acionistas.

Efetuamos pagamento mensal de dividendos, com base na posição acionária do último dia útil do mês anterior e com pagamento no primeiro dia útil do mês subsequente, bem como pagamentos complementares (semestrais), para os quais o Conselho de Administração determina a data-base para a posição acionária e a data do pagamento. Em referidos pagamentos semestrais, a administração verifica o lucro existente, determina o montante de dividendos que deveria ser distribuído como obrigatório, calcula o montante mensal que já foi declarado e, ao fim, determina quanto faltaria para que se completasse o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Tal montante é declarado como dividendo "complementar" aos pagos mensalmente. Por deliberação do Conselho de Administração podem ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95.

Para mais informações, veja os itens a seguir, os quais foram elaborados em consonância com os requisitos do Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

1. Lucro líquido do exercício

R\$ 10.272.015.528,35. Além do lucro do exercício, houve a realização de R\$ 357.931.000,00 referente à reserva de lucro a realizar constituída em 31 de dezembro de 2008.

2. Montante global e valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O valor global distribuído a título de dividendos antecipados e juros sobre capital próprio foi de R\$ 4.482.550.312,07 (bruto), sendo R\$ 3.908.114.479,17 líquido de tributos. Tal montante corresponde ao percentual do lucro líquido indicado no item 3 abaixo e foi pago como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. Desse modo, será proposta à assembleia geral a ratificação das declarações e distribuições já realizadas e não serão propostas novas declarações.

Valor líquido por ação: R\$ 0,8607.

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O valor líquido distribuído a título de dividendos e juros sobre capital próprio corresponde a 38% do lucro líquido do exercício e a 40,0% do lucro líquido do exercício ajustado pelo valor destinado à reserva legal.

4. Montante global e valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve.

5.

- a. *Valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados*

Não será proposta à assembleia geral a declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio adicionais aos já declarados.

- b. *Forma e prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados*

Conforme mencionado no subitem “a” deste item, o dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2010 já foi integralmente declarado pelo Conselho de Administração e pago aos acionistas. As datas de pagamento estão no item 6 deste documento. Os acionistas podem receber os valores que lhes são devidos das seguintes formas:

- Acionistas detentores de American Depositary Receipts (ADR):

O pagamento será realizado diretamente ao banco depositário no exterior (Bank of New York Mellon) que se incumbirá de repassá-lo aos acionistas titulares.

- Acionistas titulares de contas correntes no Itaú Unibanco S.A. devidamente cadastradas:

O pagamento será realizado mediante crédito efetuado diretamente nas respectivas contas correntes.

- Acionistas titulares de contas correntes em outros bancos que já tiverem indicado banco/agência/conta corrente:

O pagamento será realizado mediante DOC eletrônico ou TED, conforme os respectivos valores.

- Acionistas cujas ações estejam depositadas nas custódias fiduciárias da BM&FBOVESPA.

O pagamento será realizado diretamente à BM&FBOVESPA, que se incumbirá de repassá-los aos acionistas titulares, por intermédio das Corretoras de Valores depositantes.

- Acionistas detentores de ações ao portador ainda não convertidas para o sistema escritural:

O pagamento ocorrerá após a entrega dos respectivos certificados para a conversão obrigatória.

Não será proposta à assembleia geral a declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio adicionais aos já declarados. Para datas de pagamentos já ocorridos, veja tabela constante do item 6 deste documento.

- c. *Eventual atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio*

Não houve.

- d. *Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento*

Veja subitem “a” deste item.

6. *Montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados e data dos respectivos pagamentos*

Competência	Tipo de Provento	Posição Acionária	Data de Pagamento	Valor por Ação	
				Nominal	Líquido
2010	JCP Comp.	4/3/2011	17/3/2011	R\$ 0,38	R\$ 0,32
Dezembro	JCP	30/12/2010	17/3/2011	R\$ 0,22	R\$ 0,18
Dezembro	Dividendo	30/11/2010	1/1/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Novembro	Dividendo	31/10/2010	1/12/2010	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Outubro	Dividendo	30/9/2010	1/11/2010	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Setembro	Dividendo	31/8/2010	1/10/2010	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Agosto	JCP Comp.	10/8/2010	20/8/2010	R\$ 0,25	R\$ 0,21
Agosto	Dividendo	30/7/2010	1/9/2010	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Julho	Dividendo	30/6/2010	2/8/2010	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Junho	Dividendo	31/5/2010	1/7/2010	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Maió	Dividendo	30/4/2010	1/6/2010	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Abril	Dividendo	31/3/2010	3/5/2010	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Março	Dividendo	26/2/2010	1/4/2010	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Fevereiro	Dividendo	31/1/2010	1/3/2010	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Janeiro	Dividendo	31/12/2009	1/2/2010	R\$ 0,01	R\$ 0,01

*JCP Comp: Juros sobre Capital Próprio Complementares

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	R\$		
	2010	2009	2008
Lucro líquido	10.272.015.528,35	7.706.906.786,53	20.217.096.583,32
Lucro Líquido por ação	2,26	1,71	6,40
Lucro Líquido por ação – ajustado pelos efeitos das bonificações	2,26	1,71	5,82

Para cálculo do lucro líquido por ação, divide-se o lucro líquido pela quantidade de ações em circulação na data do encerramento do exercício.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	R\$		
	2010	2009	2008 ⁽¹⁾
Ordinária	0,8607	0,7917	0,7954
Preferencial	0,8607	0,7917	0,7954

(1) Para melhor comparabilidade, considerou-se bonificações

Para cálculo do dividendo/juros sobre o capital próprio por ação, divide-se o dividendo/juros sobre o capital próprio pela quantidade de ações em circulação na data do encerramento do exercício.

8. Destinação de lucros à reserva legal

a. Montante destinado à reserva legal

R\$ 513.600.776,42.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e do art. 12.1 de nosso Estatuto Social, foram aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

9. Ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos

Dividendo mínimo anual de R\$ 0,022 por ação, ajustado em caso de desdobramento ou grupamento.

b. Suficiência do lucro do exercício para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

O lucro do exercício foi suficiente para o pagamento integral dos dividendos mínimos.

c. Cumulação de eventual parcela não paga

O dividendo mínimo não é cumulativo.

d. Valor global dos dividendos fixos ou mínimos pagos a cada classe de ações preferenciais

Não contamos com classes distintas de ações preferenciais. O valor global dos dividendos mínimos estabelecidos estatutariamente para as nossas ações preferenciais seria de R\$ 49.611.842,04

e. Dividendos fixos ou mínimos pagos por ação preferencial de cada classe

Não contamos com classes distintas de ações preferenciais.

10. Dividendo obrigatório

a. Forma de cálculo prevista no estatuto

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

b. Pagamento

O dividendo obrigatório foi pago integralmente, nos termos do item 6 acima.

c. Montante eventualmente retido

Não houve retenção de montantes.

11. Retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não houve retenção de dividendo obrigatório.

12. Destinação de resultado para reserva de contingências

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

13. Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não houve destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

14. Destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Por proposta do Conselho de Administração, a assembleia geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas: I - Reserva para Equalização de Dividendos; II - Reserva para Reforço do Capital de Giro; III - Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas.

A Reserva para Equalização de Dividendos será limitada a 40% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando a manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos: a) equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76; b) equivalentes a até 100% da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados; c) equivalentes a até 100% do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos.

A Reserva para Reforço do Capital de Giro será limitada a 30% do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas será limitada a 30% do valor do capital social e terá por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Por proposta do Conselho de Administração serão periodicamente capitalizadas parcelas dessas reservas para que o respectivo montante não exceda o limite de 95% do capital social. O saldo dessas reservas, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o capital social.

b. Montante destinado às reservas estatutárias

R\$ 754.588.063,90 à Reserva para Equalização de Dividendos, R\$ 1.951.682.950,38 à Reserva para Reforço do Capital de Giro e R\$ 2.927.524.425,58 à Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas.

c. Forma de cálculo do montante destinado à reserva

A forma de cálculo obedece à determinação do Estatuto Social, utilizando do lucro líquido até 50% para reserva para equalização de dividendo, até 20% para reforço de capital de giro e até 50% para aumento de capital de empresas participadas.

15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não houve retenção de lucros.

16. Destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais

Não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.